



CRACK:

Um novo olhar

A experiência do CIEDS com crianças
e adolescentes usuários de substâncias psicoativas

CRACK:

Um novo **olhar**

A experiência do CIEDS com crianças
e adolescentes usuários de substâncias psicoativas

2013

Ficha Técnica

Presidente

Vandré Brilhante

Comitê Gestor

Aдели Carmo

Elisabeth Alvarenga

Fábio Müller

Gláucia Oliveira

Marcia Florêncio

Roselene Souza

Créditos

Coordenação

Marina Rotenberg

Textos e Pesquisa

Nívea Chagas

Layout e diagramação

Fábio Léda

Colaboração

Aldeli Carmo – Responsável Técnica do Projeto

Janaina Lins – Gerente do Projeto

Denise Santana Maciel – Diretora (Lar de Peri)

Elizabeth Torres Goncalves de Oliveira - Diretora (Lar de Gabriela)

Tereza Cristina da Silva Telles - Diretora (Lar de Ceci)

Maria do Socorro Bernardo Da Cruz - Diretora (Lar de Riobaldo)

Rosangela Maria Dos Santos Da Silva - Diretora (Lar de Moacir)

Luzia da Conceicao Jose Graciano – Assistente Social (Lar de Riobaldo)

Valeria Marino De Souza – Assistente Social (Lar de Gabriela)

John Luiz Baytack B. de Castro – Psicólogo (Lar de Ceci)

Às meninas e meninos que
tornaram essa publicação possível.

Epígrafe

*Nestes cemitérios gerais
os mortos não têm o alinhado
de vestir-se a rigor
ou mesmo de domingo.
Os mortos daqui vão despidos
e não só da roupa correta,
mas de todas as outras,
mínimas, etiquetas.
Daquelas poucas que se exigem
para se entrar em tal sertão,
mortalha, para todos,
e rede, aos sem caixão.
Por isso é que sobram de fora,
sem entrar nos salões da terra,
entre pedras, gravetos,
no sereno da festa.*

*Congresso no Polígono das Secas, 7.
Em A Educação pela pedra, João Cabral de Melo Neto.*

Sumário

1	Apresentação	11
2	Crack! Um barulho infernal	12
3	O olhar do cuidado - acolher e abrigar	19
4	Mais que números	25
5	No olho do furacão, mas um dia de cada vez	26
6	Um pequeno Davi	31
7	A Muralha	34
8	O tempo passou na janela e a menina não viu	36
9	Um método para reorganizar vidas	40
10	Um passo em falso	46
11	Um lugar para chamar de seu	52
12	Apontamentos sobre um novo desafio para a saúde mental	55
13	“Família” na Brasil	59
14	Fora do bonde, mas na correria	61
15	Coração partido	64
16	Liberdade, ainda que tardia	68
17	Por enquanto, últimas palavras	72
18	Anexos: alguns resultados	77
19	O CIEDS	83
20	Referências Bibliográficas	84

Apresentação

Essa publicação é parte da estratégia institucional do CIEDS para a consolidação de sua missão: “promoção de uma sociedade sustentável tendo como base o conhecimento, a cooperação e o empoderamento das pessoas”.

O CIEDS acredita que a partir da sistematização, do registro e da disseminação de suas práticas contribui para a produção de conhecimento, para o fortalecimento de políticas públicas e para a construção de redes para a prosperidade de pessoas, de comunidades e de toda a sociedade. Em seus 15 anos de trajetória, o CIEDS desenvolveu ações e projetos em diversas áreas, incluindo prevenção e cuidado com população em situação de rua, prostituição infanto juvenil, e dependência química, especialmente o crack.

Considerando que dividir o conhecimento nessa área pode contribuir para o avanço das políticas públicas e das metodologias de intervenção, essa publicação registra um pouco das experiências do CIEDS em São Paulo, na gestão do Espaço de Acolhida e Fortalecimento de Vínculos Familiares, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social, SEDS, no âmbito do Programa Recomeço, e no Rio de Janeiro, na execução do serviço de cogestão do acolhimento de crianças e adolescentes usuárias de drogas, especialmente crack, com a Prefeitura da Cidade.

A publicação registra histórias de crianças e adolescentes abrigados em cinco unidades de reinserção social na cidade do Rio de Janeiro.

As histórias foram escritas a partir de entrevistas e de relatos colhidos no cotidiano do trabalho. O CIEDS optou por esse formato, de ouvir os meninos e meninas, porque acredita na importância de dar voz aos que estão silenciados pela exclusão, além de ouvir os profissionais, que cuidam e contribuem para o desenvolvimento humano de cada criança e adolescente que chega nas unidades.

Os números e curvas de gráficos mostram, é claro, o desenvolvimento do projeto. Ao mesmo tempo em que os textos falam de cada indivíduo, num tempo e espaço únicos. São estas histórias, singulares e intransferíveis, que estão registradas aqui. Histórias que constituem a realidade da cidade e do país.

Crack! O barulho infernal

Atenção a crianças e adolescentes usuários de crack no Rio de Janeiro

“[...] de acordo com a Organização Mundial de Saúde, pelo menos 10% das populações dos centros urbanos de todo o mundo consomem de modo prejudicial substâncias psicoativas, independentemente de idade, sexo, nível de instrução e poder aquisitivo [...] esta realidade encontra equivalência em território brasileiro.”

A Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas (2004, p.13)

Não existem dados precisos sobre a entrada do *crack* no Brasil. A primeira apreensão da droga aconteceu na cidade de São Paulo, em 1990, segundo os registros da Divisão de Investigações sobre Entorpecentes, DISE.*

12

A droga que chegava ao mercado brasileiro no final dos anos 80 é o componente sólido, descartado no processo de refinamento da cocaína, chamado base livre. A substância é volátil e pode ser inalada, misturada no fumo do cigarro, ou mesmo nas cinzas. Foi batizada segundo o barulhinho que a pedra faz quando queimada: *crack!*

O efeito do *crack* é uma euforia intensa, de curta duração, seguida da fissura, um desejo enorme por mais uma dose.

Como um refugio da produção da cocaína, as pedras têm preço muito baixo. A euforia, prazer absoluto, ainda que muito efêmera, e o preço baixo seriam os fatores apontados como preponderantes para o crescente número de usuários da droga, principalmente, mas não exclusivamente, entre a parcela da população de mais baixa renda. A curta duração do efeito e a fissura imediata fazem com que o usuário esteja sempre em busca da próxima pedra, e, portanto, em permanente angústia e agonia. A compulsão faz com que os gastos com as pedras sejam cada vez maiores. Portanto, as motivações iniciais para usar a droga – euforia prazerosa e baixo custo - são logo desqualificadas. Geralmente, o usuário do *crack* é capturado já nas primeiras tragadas e logo enfrenta o sofrimento da abstinência.

*Fonte: Site *Álcool e Drogas sem Distorção* (www.einstein.br/alcooledrogas) / NEAD - Núcleo Einstein de Álcool e Drogas do Hospital Israelita Albert Einstein

A visibilidade

Os usuários, reunidos em bandos, começaram a assombrar primeiramente as noites de São Paulo. Eram amontoados de gente suja, descabelada, que vagavam catatônicos no que pareciam guetos de morte. Quem acompanha as histórias de ficção sobre zumbis viu logo uma associação muito fácil entre os usuários e os “mortos vivos” das sagas do cinema e da literatura.

As cenas de uso, à luz do dia, ou mesmo nas sombras da noite, exibem uma espécie de mergulho coletivo em outra dimensão, onde os valores e hábitos consagrados na organização social vigente inexistem.

As cracolândias horrorizam moradores ao colocarem em xeque valores básicos da organização social, como higiene, privacidade, instinto de sobrevivência. Talvez o maior incômodo seja a percepção de que as pessoas naqueles grupos não parecem comprometidas com a própria vida.

Estas cenas de uso, de fato, denunciam a existência de realidades muito diferentes dentro de uma mesma organização social. Realidades distantes, mas, ao mesmo tempo, perigosamente próximas. Filhos, pais, amigos, irmãos, podem cruzar a fronteira e colocar em risco o equilíbrio de famílias inteiras. A pergunta que inquieta é: por que alguém começa a usar *crack*, mesmo conhecendo as consequências?

13

Os usuários

Em maio desse ano foi publicado no *International Journal of Drug Policy* o primeiro artigo apresentando resultados de uma pesquisa feita nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador com jovens usuários de *crack*. O “Estudo exploratório sobre o perfil dos jovens usuários de *crack* em duas cidades brasileiras”, com uma abordagem qualitativa e quantitativa, foi coordenado pelo professor Marcelo Santos Cruz, do Instituto de Psiquiatria da UFRJ.

O objetivo foi levantar as características básicas das amostras de jovens usuários. Foram entrevistados 160 usuários regulares da droga - 81 no Rio e 79 em Salvador - entre novembro de 2010 e junho de 2011. Na Cidade do Rio foram ouvidos usuários frequentadores do Jacarezinho, a famosa cracolândia na linha do trem, desativada em agosto de 2012.

Um resumo da pesquisa apresenta o seguinte perfil do usuário de *crack* no Rio de Janeiro:

“[...] a maioria dos usuários da amostra é constituída por homens, com baixa escolaridade, moradia instável, renda proveniente de trabalho ilegal ou informal, usa crack muitas vezes por dia, além de álcool, tabaco, maconha e cocaína. Eles fazem sexo sem camisinha, não são testados para o HIV e apresentam baixo acesso a serviços sociais e de saúde, embora aleguem que o desejem.”

Cabe observar que, apesar da prostituição ser uma das atividades apontadas como estratégia para conseguir dinheiro, principalmente entre as mulheres, as prevalências de soropositividade para HIV (3,7%) e hepatites B (6,2%) e C (0%) eram baixas, em comparação com usuários de *crack* de outros países, segundo aponta a pesquisa.

Crianças e adolescentes

Um menino usuário de crack identifica rapidamente qual é a primeira coisa que ele pensa/sente ao acordar, quando está vivendo na rua: “Correria. Tá na hora da correria.” Correria significa ganhar a vida e a vida aqui é arranjar dinheiro para comprar uma pedra. Se der, comer alguma coisa antes de fumar, se não, a pedra é sempre a prioridade.

14

Em 2012, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, do IBGE, entrevistou cerca de cem mil adolescentes do último ano do Ensino Fundamental, em 2.842 escolas de todo o país. Os resultados mostram que cerca de 15 mil estudantes de escolas públicas e privadas brasileiras, entre 13 e 15 anos, fumaram *crack* pelo menos uma vez em 2012.

O número de alunos que consomem drogas cresceu 1,2% em três anos e a pesquisa indicou que 7,3% dos mais de três milhões de estudantes do nono ano já usaram algum tipo de entorpecente.

Na Cidade do Rio de Janeiro, o *crack* atingiu diretamente crianças e adolescentes das comunidades de baixa renda, as favelas onde a droga, depois da resistência temporária dos “donos da bocas”, acabou entrando. Muitos adolescentes saíram de casa por causa do *crack*. E outros que já viviam em situação de rua passaram a usar também o *crack*, junto com thinner, maconha, cocaína.

O *crack* veio somar-se, com enorme impacto, à questão da população em situação de rua da cidade, principalmente no que se refere ao atendimento a crianças e adolescentes.

O Rio de Janeiro começou a montar uma rede de recepção e acolhida de crianças e adolescentes

em situação de rua em 1994. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, SMDS, criou uma rede de atendimento estruturada segundo as diretrizes do Programa “Vem pra casa, criança!”, primeira ação pública voltada especificamente para este segmento da população.

O Programa foi criado para atender a uma demanda da cidade que via crescer o número de crianças na rua e que vivenciou, em 1993, a tragédia da Chacina da Candelária*, onde morreram e ficaram feridos adolescentes e jovens que viviam nas ruas do centro do Rio. A Chacina se tornou um marco na história da cidade. Um marco da exclusão.

Desde então, as iniciativas e os programas para a consolidação de uma rede de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua adequaram-se às novas determinações da legislação, como as definições do Sistema Único da Assistência Social, SUAS.

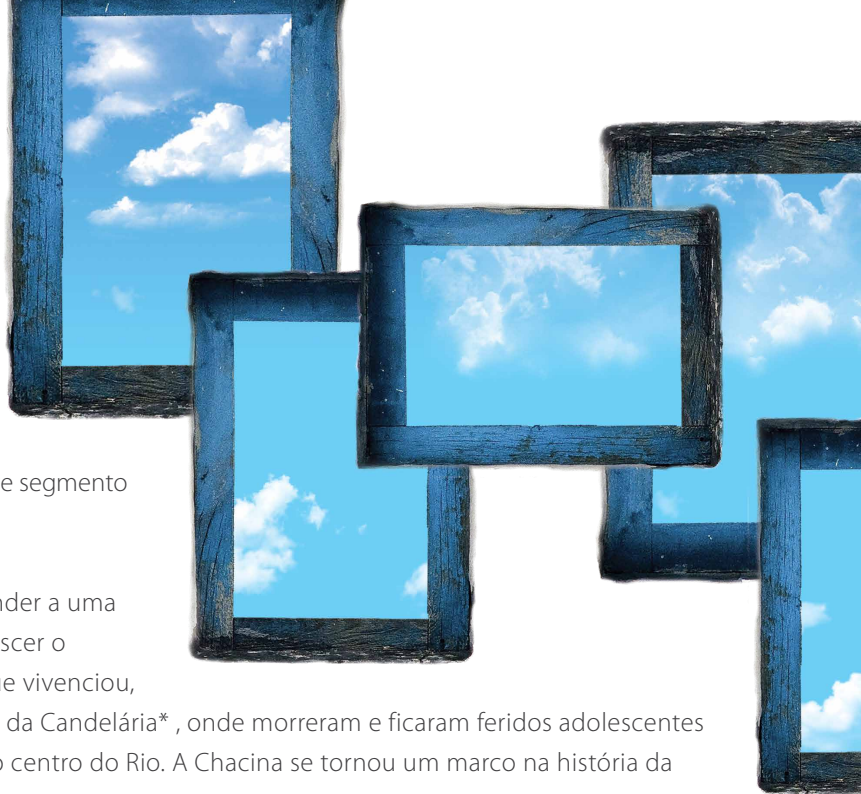
Ao longo de quase duas décadas, a Secretaria de Desenvolvimento ou Assistência Social (nomenclatura que corresponde às diretrizes dos gestores) buscou criar alternativas de atendimento eficazes, estruturando centros de recepção, abrigos e casas de acolhida. Para os meninos e meninas da cidade, as condições de vida nas ruas também mudaram. O *crack* é um dos elementos que agravam o problema e tornam mais complexas as estratégias de atendimento.

O cenário de fim de mundo das cracolândias, onde se misturam crianças e adultos aparentemente sem nenhum controle sobre suas próprias vidas e que, aparentemente, colocam em risco a segurança do morador, exigiu um enfrentamento urgente. Porque a cena anuncia, sem dúvida, novas tragédias.

Uma política pública de enfrentamento ao crack

No campo do atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, a Prefeitura do Rio sofreu duas condenações decorrentes de ações civis do Ministério Público do Rio de Janeiro, iniciadas em 2002.

Em 2004, para atender os casos de usuários de drogas, a Prefeitura foi condenada a oferecer no prazo de até 30 dias “serviço de saúde especializado, em regime de internação, com o mínimo de 18 leitos,



para desintoxicação e/ou tratamento de crianças e adolescentes dependentes de entorpecentes ou drogas afins, dotando o referido serviço de equipamentos e profissionais capacitados”. A Prefeitura devia ampliar a Rede de Saúde Mental Infanto-juvenil , com serviços nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPSi; Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD, e criação de novos leitos em hospitais gerais e ambulatórios.

A outra condenação, com foco maior nos programas de assistência social, obrigava a Prefeitura a promover programas de acolhimento de crianças e adolescente em situação de rua, inserir a família em programas de promoção social e equipar os abrigos para prestar atendimento alinhado com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No entanto, a atuação da rede pública parecia insuficiente para conter as cracolândias que começaram a surgir na paisagem carioca e para oferecer atendimento adequado aos usuários da droga.

Mesmo com uma rede de equipamentos intersetoriais, multidisciplinares e articulados como os Centros de Referência de Assistência Social, CRAS, e Centros de Referência Especializados de Assistência Social, CREAS, os CAPS, CAPS AD e CAPSIs, as unidades de acolhimento, os consultórios de rua, os abrigos, as casas de passagem e repúblicas, os programas de família acolhedora, e de Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde, os ambulatórios de hospitais, a cidade não conseguia conter o aumento do número de usuários de *crack* nas ruas.

16

Apesar das operações permanentes de acolhimento, as crianças levadas para os abrigos voltavam para as ruas na primeira oportunidade de evasão.

Em 2011, a Resolução n. 20/2011, da SMAS, procurou responder às demandas da sociedade e regulamentar o processo de entrada compulsória de crianças e adolescentes em abrigos especializados. A Resolução criava o Protocolo do Serviço Especializado em Abordagem Social. O argumento para a Resolução era a necessidade de oferecer tratamento de saúde para crianças e adolescentes que, por sua dependência química, estavam expostos a situação de alta vulnerabilidade e risco de morte.

O artigo 5º, § 3º, da Resolução 20 dispõe:

“A criança e o adolescente que esteja nitidamente sob a influência do uso de drogas afetando o seu desenvolvimento integral será avaliado por uma equipe multidisciplinar e, diagnosticada a necessidade de tratamento para recuperação, o mesmo deverá ser mantido abrigado em serviço especializado de forma compulsória [...]”

A SMAS inicia, então, as operações de acolhimento de crianças e adolescentes usuárias de *crack* em ações conjuntas da assistência social e órgãos de segurança. O procedimento para o acolhimento compulsório começa pela abordagem nas ruas e nas “cenas de uso” por equipes técnicas, educadores e equipes dos CREAS. O atendimento está inserido nas Ações de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Mas a Prefeitura não tem, na sua rede, equipamentos de abrigamento específicos para atendimento a crianças e adolescentes usuários de *crack*. Para garantir o abrigamento compulsório, a SMAS opta pela celebração de convênios com instituições do terceiro setor.

As crianças retiradas das “cenas de uso de drogas” são encaminhadas primeiramente para um “Centro de Recepção de Crianças e Adolescentes”. O Centro de Recepção Taiguara, na Rua da Carioca, centro do Rio, recebe crianças de ambos os sexos e adolescentes do sexo feminino, que podem permanecer até, no máximo, uma semana.

O Centro Adhemar Ferreira da Silva, próximo à Praça XI, recebe somente adolescentes do sexo masculino. Como acontece no Taiguara, a permanência no local deve ser a mais breve possível, e o adolescente deve ser encaminhado para abrigos especializados ou para uma família acolhedora, em caso de comprometimento com uso de drogas.

Estes abrigos devem disponibilizar, obrigatoriamente, vagas para crianças e adolescentes que chegam com uma “ordem judicial”, a Carta Precatória assinada por um juiz da Infância e da Adolescência que pode ser até mesmo de fora da comarca do Estado do Rio de Janeiro.

17

Atendimento especializado

Os meninos e meninas que entram nos abrigos têm, geralmente, um histórico de uso de drogas, prostituição, violência e pequenos furtos.

Uma vez no sistema de atendimento dos abrigos, outros encaminhamentos serão feitos de acordo com as necessidades e privações das crianças e adolescentes que chegam. Identificadas estas demandas pelos profissionais da casa, toda a rede de proteção social da Prefeitura e da sociedade civil é ativada no sentido de garantir o cumprimento dos encaminhamentos necessários - matrícula em escolas próximas aos abrigos, atendimento psicológico e/ou atendimento psiquiátrico, inserção em atividades esportivas e culturais, retomada dos vínculos familiares; tratamentos médicos etc.

Em outubro de 2012, numa situação emergencial, o CIEDS foi convidado pela SMAS para gerir cinco abrigos especializados para crianças e adolescentes.

O CIEDS, por sua longa trajetória na gestão de projetos voltados para crianças e adolescentes, tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo, inclusive na área de atendimento à população em situação de rua, é convidado para assumir a administração dos cinco abrigos localizados na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Além de apresentar uma proposta que privilegia a adoção de um modelo de co-gestão com a SMAS, estimulando a criação de grupo de técnicos para o acompanhamento das ações e para a tomada de decisões conjuntas, o CIEDS abre um debate sobre a questão do atendimento a crianças e adolescentes usuários de *crack* convidando a sociedade a refletir sobre a questão. E participar.

O plano de trabalho para a gestão dos abrigos é marcado pela diversidade das intervenções propostas. A primeira ação foi a mudança dos nomes dos abrigos, que passam a ter nomes de personagens de romances clássicos da literatura brasileira.

O CIEDS passa a fazer a gestão do Lar de Peri, para crianças do sexo masculino, de 7 a 14 anos; dos Lares de Moacir e Riobaldo, para jovens de 14 a 17 anos. O Lar de Gabriela e o Lar de Ceci, também sob a gestão do CIEDS, recebem adolescentes do sexo feminino, de 14 a 17 anos.

O modelo utilizado anteriormente seguia as diretrizes das comunidades terapêuticas. Nesse tipo de atendimento, as crianças e adolescentes não saem da comunidade e recebem visitas periódicas da família. O conceito é de “tratamento e recuperação”.

18

O grupo de trabalho, formado pelo CIEDS e pela SMAS levou para os abrigos uma nova proposta de atendimento que não objetivou o restabelecimento clínico. O fundamento do trabalho é a proteção social, o cuidado e a construção de um caminho rumo à reinserção na família e na comunidade – recolocar o indivíduo na sociedade a partir de um novo olhar.

**Na madrugada de 23 de julho de 1993, vários homens armados abriram fogo contra um grupo de cerca de 70 crianças, adolescentes e jovens que dormiam nos arredores da Igreja da Candelária, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Todos viviam nas ruas da cidade. Seis adolescentes e dois jovens maiores de 18 anos morreram e diversas crianças ficaram feridas. Épisódio mundialmente conhecido, a Chacina da Candelária é um triste marco na história da cidade.*

O olhar do cuidado - acolher e abrigar

Um país que retirou 40 milhões de brasileiros da extrema pobreza e que voltou a ser capaz de definir os seus próprios rumos, este país vai ter, sim, uma política ampla, sistemática, moderna e corajosa de enfrentamento às drogas.

Presidente Dilma Roussef

No lançamento do Programa “Crack, é possível vencer”, em dezembro de 2011, o governo federal comparava o combate ao crack ao enfrentamento da AIDS. Um desafio e tanto.

O governo apresentou um programa ambicioso, que reunia um conjunto de ações e serviços interministeriais que convocava governos estaduais e municipais, poder legislativo e sociedade civil para somar forças num movimento nacional para prevenir e combater a dependência ao crack e outras drogas.

O programa do governo federal apontava a complexidade da questão do uso de drogas, relacionando-a a um conjunto de fatores culturais, históricos, econômicos e sociais. A questão exigiria, portanto, ações multisetoriais, e o debate sobre o crack e a dependência avançava, finalmente, para além da segurança pública. A partir desta visão, o programa investiu em ações integradas, contemplando a prevenção ao uso, o enfrentamento ao tráfico e, principalmente, o cuidado com o dependente químico. O programa se dividiu, portanto, nestes três eixos:

- i. Cuidado**, com o aumento da oferta de tratamento de saúde e atenção multisetorial aos usuários.
- ii. Autoridade**, com o enfrentamento ao tráfico de drogas e ao crime organizado.
- iii. Prevenção**, com ações e campanhas na área de Educação; investimento na informação e capacitação de profissionais das áreas mais diretamente envolvidas, como Saúde, Assistência Social e Educação.

As ações de prevenção consideram a importância de envolver atores da sociedade civil que tenham influência em suas regiões, como líderes comunitários e religiosos. As capacitações dos profissionais das diferentes áreas objetivam aumentar o potencial de identificação e enfrentamento das condições de vulnerabilidade de famílias e de indivíduos que possam levá-los ao uso abusivo e à dependência das drogas, em geral, e principalmente do crack.

O eixo da autoridade está ligado à segurança pública, buscando a integração da inteligência e a cooperação entre as polícias federal e estadual. Prevê o policiamento ostensivo nos locais críticos, como as cracolândias, e a revitalização dos espaços públicos degradados ou estigmatizados como “cenas de uso”.

No eixo do “cuidado” destaca-se a formação de uma rede de apoio ao usuário e à família como uma das diretrizes fundamentais de ação. Neste eixo, o programa prevê a ampliação dos serviços do Sistema Único de Saúde, SUS, e o fortalecimento das parcerias com outras áreas, principalmente com o Sistema Único de Assistência Social, SUAS, e seus Centros de Atendimento, como os Centros de Referência da Assistência Social, CRAS, e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social, CREAS. As instituições do terceiro setor, por sua capilaridade e potencial de trabalho em rede, são parcerias fundamentais no esforço nacional de atendimento ao usuário de *crack*.

O CIEDS também acredita que é possível vencer. Com direitos, cuidado e respeito.

Governos estaduais e municipais devem integrar o programa por meio de termo de adesão, onde assumem uma série de compromissos e se credenciam para receber recursos e equipamentos para executar as ações pactuadas e oferecer capacitação aos profissionais da área de saúde, educação, assistência social e segurança pública.

20

A Cláusula Segunda do Termo de Adesão ao programa explicita as diretrizes preconizadas pela Política Nacional sobre Drogas, que devem ser observadas na implementação do “*Crack, é possível vencer.*” Estas diretrizes devem assegurar:

- I. efetividade dos direitos humanos e enfrentamento do preconceito com relação às pessoas que usam drogas e suas famílias;
- II. adoção de estratégias adequadas às especificidades da população a ser beneficiada, considerando as dimensões social, cultural e econômica;
- III. respeito à autonomia dos indivíduos na reconstrução das trajetórias de vida;
- IV. proteção integral de crianças e adolescentes;
- V. redução dos riscos e danos relacionados ao consumo de drogas;
- VI. articulação intersetorial por meio do trabalho integrado; e
- VII. participação social.

O CIEDS vem tendo a possibilidade de contribuir em duas frentes fundamentais no complexo universo de enfrentamento ao uso do *crack*. Em São Paulo, capital, faz a gestão do Espaço de Acolhida e Fortalecimento de Vínculos Familiares, onde reconstrói relacionamentos e vínculos, apoiando famílias de usuários de *crack*, para que se potencializem como núcleo de proteção social.

Na Cidade do Rio de Janeiro, a instituição viveu, nos abrigos de acolhida, a experiência de trilhar junto com os abrigados um caminho para a autonomia, para a reinserção e reconstituição de laços afetivos e sociais. Estas duas pontas do trabalho estão fundamentadas no olhar do cuidado, da proteção e da garantia dos direitos humanos; se complementam e trazem para o CIEDS uma compreensão ampla do impacto do *crack* na família e no indivíduo. Este conhecimento é atualizado constantemente na prática, em busca da eficácia das ações.

Em São Paulo, pais, mães, irmãos

O Governo do Estado de São Paulo está construindo uma rede de serviços na área da saúde e da assistência social que objetiva a reinserção social do usuário e a promoção de sua família, que é considerada como o lócus privilegiado de proteção social. É o Programa “Recomeço”.

No âmbito do programa, o CIEDS faz a gestão, na capital do estado, do Espaço de Acolhida e Fortalecimento de Vínculos Familiares, projeto realizado em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social, SEDS. O trabalho no Espaço de Acolhida é totalmente direcionado pela Cláusula Segunda do Termo de Adesão ao “*Crack, é possível vencer*,” no sentido de avaliar todos os problemas relacionados à dependência em sua dimensão humana e social; entender qual o impacto da condição do dependente na família e a partir daí buscar caminhos de mudança.

As premissas do trabalho são: a garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação; a oferta de atendimento personalizado, individualizado e em grupo; a garantia de liberdade de crença e religião; o respeito à autonomia das famílias.

O Espaço de Acolhida considera o papel da família como fundamental para os processos de reinserção social e para mudanças na trajetória dos usuários e de outros membros do núcleo familiar.

As ações desenvolvidas no Espaço de Acolhida contribuem para a superação do mal-estar, da angústia e dos sentimentos de impotência e fracasso tantas vezes experimentados por familiares de dependentes químicos. Mais que isso, o trabalho contribui para que a família possa desenvolver algum tipo de auto-preservação e proteção aos seus membros e, a partir daí, avançar para oferecer cuidados e acolhimento ao usuário de drogas, quando isso for possível e/ou necessário. Neste sentido, o Espaço de Acolhida propõe vivências que contribuam para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e que ampliem a capacidade da família de proteger e cuidar.

Para isso, o Espaço de Acolhida abre acessos a serviços e políticas públicas que possam contribuir para promoção social e econômica da família do usuário. É fundamental que ela supere suas mais graves privações sociais e possa oferecer um novo ambiente ao usuário, garantindo maior segurança e um novo campo de possibilidades de inserção social.

Elizabeth Alvarenga, Diretora Executiva Regional, fala de uma prática que pauta as ações do CIEDS no Espaço de Acolhida, especificamente, mas que pode se estender para todo o trabalho e metodologia da instituição. O CIEDS, em sua trajetória, aprendeu a enxergar de perto e com muito cuidado o excluído, o diferente, o que caminha perigosamente pela margem. Elizabeth explica:

“Nossa relação com as famílias está pautada na construção de um espaço de liberdade e diálogo, um espaço que compreende as novas formas de sociabilidade que se contrapõem às metáforas tradicionais de família, alicerçadas na harmonia, em imagens de igualdade, equilíbrio e consenso.

As famílias que vivem o drama da drogadição são famílias que convivem diariamente com o medo, a opressão, a culpa, a raiva, o amor, sentimentos presentes em todas as famílias, é certo, mas num grau bem mais exacerbado quando se trata de famílias de indivíduos com o histórico de uso de substâncias psicoativas. Estas pessoas não precisam de profissionais que queiram restabelecer a “ordem”, mas sim de profissionais que possam compreender que, sob esta multiplicidade de sentimentos ambíguos, convive uma família que necessita de apoio, escuta, acolhimento, e não de julgamentos morais”.

22

No Rio de Janeiro, filhos e filhas

*É muito ruim a gente ser olhado como se fosse um bicho, uma coisa aí jogada.
A pessoa esquece que por trás de um crackado tem uma pessoa.
Eu sou uma pessoa.*

Ex-usuária, adulta, sem usar a droga há seis meses.

No Rio de Janeiro, o CIEDS se propôs a contribuir para o aprimoramento da rede de acolhimento de crianças e adolescentes usuárias de drogas.

Aldeli Carmo, Coordenadora Executiva do CIEDS e responsável técnica pelo projeto de gestão dos abrigos para usuários de *crack*, lembra que o atendimento focado no abrigamento é bem diferente da internação, que pressupõe um diagnóstico médico e um tratamento até a “cura”, pois a internação está ligada ao conceito de doença. “O caráter do abrigamento é outro. O conceito de abrigar se fundamenta nos princípios da cidadania e não da cura. Trabalhamos com reinserção, inclusão, tendo por base um processo de construção da autonomia e não do restabelecimento de um estado



clínico. Optamos por cuidar, proteger. Para o atendimento médico e psicológico, contamos com a rede de saúde. Esta é a abordagem assumida pelo CIEDS neste processo”, explica Aldeli.

A proposta foi de investir na proteção social destas crianças e adolescentes que foram expostos aos riscos da rua, das drogas e da exploração sexual, com o viés da garantia de direitos de abrigo e acolhida, mas também da construção de caminhos de reinserção na família, na escola, na vida social. O trabalho nos abrigos ganha dimensões mais

amplas, exigindo a construção e consolidação permanente de uma rede de parceiros públicos e privados que possa ampliar as possibilidades e alternativas de proteção e promoção social.

A estratégia identificada como fundamental para o sucesso do atendimento oferecido nos abrigos é o investimento nas relações e no atendimento em rede que consolidam o Sistema Único da Assistência Social, SUAS. Só o trabalho articulado pode garantir efetivamente a integração dos serviços e a interlocução entre as políticas públicas voltadas para o segmento de crianças e adolescentes.

Aldeli Carmo, no entanto, aponta que a especificidade da condição de crianças e adolescentes usuários de *crack* requer a articulação de múltiplos setores não só da rede pública. “Precisamos, sim, da integração das políticas públicas. Mas precisamos também agregar a sociedade civil e mesmo os setores de responsabilidade social das empresas nesse processo. A contribuição de estudos acadêmicos nas diversas áreas também é fundamental. O *crack* coloca um desafio de reflexão, estudo e articulação que ultrapassa as possibilidades do poder público. Esta é uma questão colocada para toda a sociedade”, avalia.

As questões referentes à saúde, tanto psicológica quanto física, são tratadas junto à rede, especificamente nas Unidades de Pronto Atendimento, UPAS, e nos Centros de Atendimento Psicossocial, CAPSi. Médicos que trabalham diretamente com as casas prescrevem ansiolíticos e remédios controlados, quando isso é necessário. Aldeli Carmo lembra que é preciso uma interação entre os profissionais para que se conheça as atitudes comportamentais do abrigado. O comportamento da criança ou adolescente é discutido e avaliado em conjunto com médicos, psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais, sempre considerando o histórico familiar pela própria família ou pelos relatos dos próprios abrigados sobre a relação.

Os psicólogos e a equipe técnica que atuam dentro dos abrigos devem desenvolver um atendimento complementar aos atendimentos recebidos nas unidades de saúde e ou nos Centro de Atenção Psicossocial. Um dos elementos importantes para os profissionais é privilegiar o atendimento coletivo, numa permanente troca através dos estudos de casos com os CAPSis, e retroalimentar o encontro com os abrigados.

Das experiências tanto no Rio, com os abrigos, como em São Paulo, no Espaço de Acolhida, o CIEDS apreende a importância de reunir esforços para enfrentar o *crack*. As equipes técnicas dos abrigos precisam contar com profissionais da saúde mental, psicólogos e terapeutas para atendimentos especiais. Os serviços, entretanto, não podem estar dentro dos equipamentos. Crianças e adolescentes precisam sair do abrigo, ter o direito de viver a cidade, enfrentar seus desafios pessoais, exercitar a autonomia e a possibilidade de escolha. É preciso que interajam com a comunidade e tragam as suas vivências de volta para o abrigo.

As famílias precisam entrar na rede de proteção e promoção social, quando suas fragilidades impossibilitam que ela receba e proteja um de seus membros. Aqui, mais uma vez o trabalho em rede é determinante.

E finalmente, mas não menos importante, é preciso lembrar, aponta Aldeli Carmo, que **“para oferecer proteção, respeito e dignidade, as políticas públicas precisam ter outro olhar sobre a concepção de direitos sociais. Mas, na verdade, não precisariam de outro parâmetro senão a Constituição Brasileira de 1988”**. Vamos a ela?

Mais que números

*O que será que será
Que dá dentro da gente e que não devia
Que desacata a gente, que é revelia*

À Flor da Pele, Chico Buarque

Meninos e meninas passam seus dias nos abrigos conversando com técnicos, psicólogos, educadores. Dividem suas dores, saudades, desesperos. Ficam, às vezes, mais de um ano. Outras vezes chegam e partem em poucos dias; voltam em poucos meses.

Daqui a pouco “evadem”, “metem o pé” e deixam para trás profissionais um pouco frustrados, com aquele velho sentimento de impotência. Mas todos sabem que é assim mesmo, que às vezes não há como conter o furacão que toma conta do coração de uma criança, de uma adolescente, de um rapazinho que arrasta uma história de vida complicada.

Outros mudam tudo, arranjam trabalho, família, conseguem driblar o “momento ruim”, e seguem em frente.

25

O CIEDS quis registrar a história de algumas das crianças e adolescentes que conheceu nos Lares de Peri, Moacir, Ceci, Gabriela, Riobaldo. É uma forma de lhes dar espaço para elaborar a sua própria versão das escolhas que fizeram, dos caminhos que trilharam; lembrarem os melhores e piores momentos e até, quem sabe, refletirem.

E, para o CIEDS, é uma forma de fazer um registro do projeto, computando mais que números. A instituição registra aqui histórias de vida. E quem ler com atenção vai perceber que a trajetória destes meninos e meninas corre junto do histórico da exclusão social na cidade, a história das privações, da pobreza e da falta de oportunidades.

Profissionais que trabalham nos abrigos também foram convidados a contar sua experiência e agregar seus saberes a estes apontamentos sobre a questão do *crack* na Cidade do Rio de Janeiro.

Os nomes dos abrigados, meninos e meninas, foram modificados. São, portanto, fictícios. Mas, é bom lembrar, que atrás dos nomes fictícios, estão criaturas reais, guerreiras, sobreviventes.

No olho do furacão, mas um dia de cada vez

*E neste jogo a jogo
inteira, a cada lance,
que a vida ou se perde ou se ganha com os demais
e assim se vive
que o mais é pura perda.*

Perde e Ganha, Ferreira Gullar

Maria Cruz estava lá, justamente no olho do furacão, quando começaram a chegar os primeiros casos de crianças e adolescentes dependentes de *crack*. Ela recebeu, assustada, meninos com dedos e lábios queimados, atordoados, descabelados, emaciados, quase completamente perdidos. Chegavam para quebrar a casa inteira, em completa agonia. Ficavam todos angustiados – meninos, educadores, psicólogos, diretores da casa. Ninguém sabia ao certo como resgatar o fio da meada e buscar de volta a lucidez daquelas crianças e adolescentes. A droga chegava com estrondo.

26

*Maria ouviu de um menino: “Eu vejo até o brilho da pedra, fico vendo, vendo...
Eu quero, eu quero, Maria. Eu quero morrer nisso!”*

Ela percebeu o tamanho do monstro.

Maria perguntava se haveria salvação para aqueles garotos. Mas já tinha aprendido, em sua longa trajetória com dependentes de substâncias químicas, que não importa o resultado, é preciso continuar a trabalhar. O resgate é feito a cada dia, a cada hora que passa, de novo e ainda mais uma vez. O risco de que na próxima hora aconteça outra recaída é permanente. E isso não pode ser considerado um obstáculo, pois é parte do processo.

Maria Cruz começou a conviver com o atendimento a usuários de drogas em julho de 2004, quando o marido fundou a ONG Ser Sempre Refazer. Mais tarde, em 2009, começou a trabalhar diretamente com crianças e adolescentes dependentes químicos quando a Ser Sempre Refazer se associou a Casa Espírita Tesloo, outra ONG. A proposta era desenvolver um projeto conjunto, a partir de um Edital Público lançado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, SMDS, da Prefeitura do Rio de Janeiro, para abrigamento de dependentes.

O marido, militar aposentado que, interessado na questão, fez até faculdade de psicologia para entender melhor a dependência, decidiu abrir os abrigos como uma alternativa de acolhida e tratamento para os pequenos usuários. As casas contribuía para suprir uma enorme lacuna no atendimento a usuários que precisavam de um lugar para morar e de atendimento especializado, diferente dos abrigos para crianças e adolescentes em situação de rua. A questão da dependência química exige acompanhamento de psicólogos, ou mesmo psiquiatras, às vezes com administração de medicação controlada, requer um tempo maior de abrigamento e redes mais amplas de apoio. Nem sempre a reinserção familiar é possível.

Neste período inicial, as casas ainda funcionavam como ilhas ou como navios sem porto, num mar de preconceito e rejeição. “*Crack?* Aqui não. Isso é coisa de São Paulo!” Não, não. O *crack* entrava pesado nas favelas da Cidade do Rio e rapidamente transformava seus dependentes em figuras malditas, ocupando os trilhos do trem no Jacarezinho, os viadutos da cidade, as vielas na Mangueira...

Mas ninguém queria tratar dos usuários de *crack*, como se a negação do problema pudesse trazer alguma solução. Em psicologia, chama-se “pensamento mágico” esta negação, quando se acredita que o que pensamos pode acontecer e o que negamos, não acontece. Como se viu, o pensamento mágico não funcionou.

O poder público tampouco sabia o que fazer. Ainda mergulhada em buscar solução para a população em situação de rua – crianças e adolescentes, famílias inteiras, idosos – passava ao largo da questão do *crack*, relegada à segurança pública, ou seja, “caso de polícia”. E, por isso, as políticas setoriais que poderiam oferecer serviços de apoio e tratamento, como a Assistência Social e a Saúde, continuavam ausentes do debate.



Daquele período das primeiras experiências com usuários de *crack*, Maria aponta principalmente estas limitações do atendimento. “É claro que quando eles chegam, nos primeiros dias de abrigo, eles só fazem comer e dormir. O corpo está exausto e eles precisam descansar, recuperar as forças”, diz ela. Para alguns o acompanhamento psiquiátrico e mesmo alguma medicação são fundamentais; outros conseguem vencer os primeiros meses apenas com acompanhamento psicológico, apoio dos educadores, atividades esportivas. Mas a casa, sozinha, como aquele barco solitário, não pode atender a todas as demandas que as crianças e adolescentes trazem e é preciso construir uma rede de apoio e parcerias.

Os meninos chegavam doentes, às vezes com tuberculose, com doenças sexualmente transmissíveis, precisando de tratamentos dentários. E as casas tinham que conseguir estes atendimentos “na base do favor”, algum dentista amigo obturava um dente, outro doava remédios. Nem as escolas aceitavam matricular meninos dos abrigos. A exclusão permanecia.

Mesmo os vizinhos faziam abaixo-assinado pedindo o fechamento das casas, com medo dos usuários, com medo do *crack*.

O crack, entretanto, veio para ficar. O número de usuários crescia e as crackolândias surgiam como tsunamis a ameaçar a paisagem e a segurança. Os trilhos do Jacarezinho se tornaram o exemplo drástico do poder do crack, escandalizando a cidade.

28

O poder público começou a ser cobrado com mais veemência pela população e pela mídia, que expunha no noticiário nacional as mazelas das crackolândias. A cidade não podia mais ignorar que a questão não era apenas de segurança pública. Invocando todas as contradições, complexidades e tabus em relação às drogas, o *crack* provocou o debate e demandou ações em caráter emergencial.

O que fazer com os usuários? São vítimas, doentes ou bandidos? E quando são crianças e adolescentes? Onde está a rede de atendimento?

A cidade finalmente assumia que havia um problema e que era preciso encontrar soluções, tanto na área da segurança como no campo do atendimento especial e das políticas sociais. Essa nova abordagem trouxe mudanças importantes para os abrigos recém criados.

Maria não tem dúvida: “a cidade está mais preparada para atender este público. A Prefeitura está abrindo o leque de atendimentos e isso é muito importante para que a gente tenha mais alternativas para sustentar a opção de um jovem de sair do *crack*”. As coordenadoras dos abrigos já se reúnem semanalmente com as equipes do CAPS para discutir o atendimento especial às crianças e adolescentes abrigados; a escola garante matrícula e, no Lar de Riobaldo, o Instituto Helena Antipoff,

da Secretaria Municipal de Educação, mantém uma professora para dar aulas aos adolescentes que ainda não têm o seu nível de escolaridade definido ou não têm qualquer vinculação com a escola. Estes jovens precisam ser “preparados” para entrar na escola, pois não sabem sequer manejar o lápis ou usar um caderno.

As parcerias com pessoas físicas e empresas também têm sido importantes para ampliar as ofertas de lazer, acesso a eventos culturais e mesmo atividades simples, como comer uma pizza no restaurante. A experiência da pizza, por exemplo, teve como resultado para alguns jovens do Lar de Riobaldo aprender a usar garfo e faca em uma refeição. Outro parceiro convida os meninos para ir ao cinema...

Maria lembra que é preciso muita dedicação para trabalhar nesta área. “É preciso ter experiência, desenvolver um talento. Por isso também é muito importante manter os funcionários antigos, que têm história nesse trabalho. Por que não é fácil não”, afirma.

E Maria percorreu uma longa estrada de negociação com dependentes químicos. Sua história começou no Al-Anon, associação de grupos de auto-ajuda e ajuda mútua, como usuária do serviço. Precisava de apoio para viver com um familiar que bebia demais e se envolveu tanto com o grupo que passou a ser palestrante, ela mesma oferecendo ajuda a familiares de alcoólicos.

A vivência trouxe para Maria uma técnica construída na experiência, na troca, nos erros e acertos que fazem parte do processo. Aprendeu que cada dependente que chega na casa traz a sua trajetória, uma história única, e tem que ser visto assim, na sua individualidade. Mas também sabe que há algumas premissas básicas que valem para todos, como a importância da disciplina, dos limites, das regras de convivência e da civilidade; como a escuta verdadeiramente interessada e a prática de não fazer julgamentos. E, por fim, reaprender a viver coletivamente para retornar ao convívio familiar e comunitário.

Maria fala de um trabalho complexo, que requer a colaboração de profissionais com diferentes formações e com um olhar curioso e também generoso sobre diferentes “realidades”. Não é fácil compreender como um jovem pode preferir estar na rua, dormindo no chão, sem comida, sem banho, sem afeto a estar em casa. Verdade que algumas casas são também “cenas de uso”, palco de terrores e violação de direitos.

No abrigo, há garantia de atenção, alimentação, teto. E a possibilidade de planejar o futuro. Uma troca justa. Mas ainda assim os profissionais sabem que a opção pela rua prevalece inúmeras vezes.

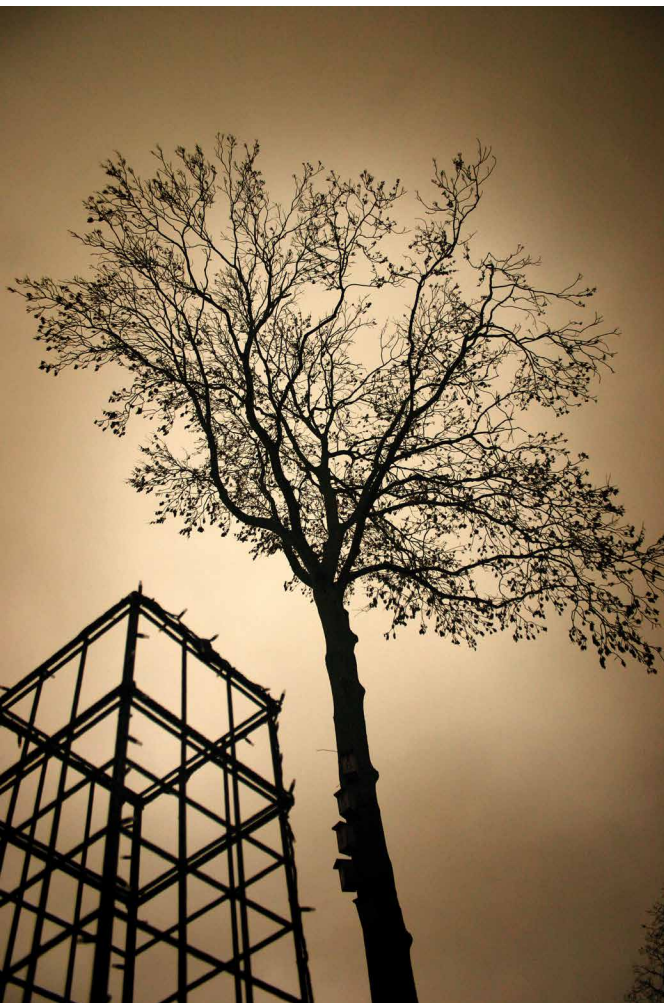
Eles continuam evadindo. E voltando. Maria calcula que já passaram pelo Lar de Riobaldo cerca de 400 adolescentes. Desde o início do atendimento, o abrigo se tornou uma referência para as famílias e para os próprios adolescentes. Quando percebem que já estão passando do fundo do poço, caindo ainda mais, alguns conseguem telefonar ou chegar até o Lar de Riobaldo. Pedem ajuda, uma cama para dormir, um prato de comida.

Nada garante que a opção será sustentada, que conseguirão ignorar o chamado da euforia do *crack*, a promessa vã de uma dimensão mágica do mundo. A vida real, para a grande maioria deles, pode ser insuportável. Coisas do humano.

Mas, o importante aqui é fazer a conta: o resgate de um adolescente, para ele e para a sua família, equivale a 100% de sucesso.

Então, Maria e sua equipe estão em busca de 100%. Um dia de cada vez.

Um pequeno Davi



*Temos, todos que vivemos,
Uma vida que é vivida
E outra vida que é pensada,
E a única vida que temos
É essa que é dividida
Entre a verdadeira e a errada*

*Qual porém é verdadeira
E qual errada, ninguém
Nos saberá explicar ...*

Isto, Fernando Pessoa

A família fica quase ausente da fala de Pedro. Lá no finalzinho da conversa ele entrega que o pai usava cocaína, bebia muito e morreu de câncer, “de tanto fumar”; a mãe também usava cocaína e justamente por isso Pedro não tem um bom relacionamento com ela. A verdade é que ele não quer saber da mãe.

O que ele, sim, conta e reconta são as suas mil aventuras na lida de sobreviver na rua. Tantas frustrações, tantas perdas acumuladas num dia a dia cheio de desvãos e abismos. Pedro é um mocinho bonito, magro, falante. A quantidade de problemas e transgressões é surpreendente quando vinculada àquele menino dócil, quase frágil.

A mãe mora em Jacarepaguá e o pai morava no Jacaré. Tem oito irmãos. E até chegar ao Lar de Riobaldo, vivia só, na rua, porque foi fazendo uma série de “coisas erradas”, roubando dinheiro da família, por exemplo. Além disso, “a droga não deixa a gente ficar em casa”, explicou. A droga, e principalmente o *crack*, de fato, permite muito pouco para quem já tem muito pouco.

Pedro diz que com o *crack* “basta um trago e você está perdido”. Daí para frente você só para com muita determinação. Não pode chegar perto nem de cigarro, porque dispara a compulsão. O melhor é mudar radicalmente de hábitos, de amigos, de lugares. Ele mesmo começou com cigarro, passou para loló, depois foi para a maconha. Uma pessoa amiga avisou: “Começa com o cigarro, depois vai para a maconha, depois cocaína e acaba no *crack*”. Coisa mais certa, segundo Pedro.

Já andou no tráfico, saiu do tráfico, foi para o abrigo. Saiu do abrigo, morou na rua, foi para a casa da mãe, voltou para a rua, em Botafogo, onde conhece muita gente, sabe bem qual é a rotina do bairro e do comércio. Jogava bolinha no sinal para ganhar dinheiro e comer; vendia balas, água e cerveja na praia, catava lixo. Furtava alguma coisa aqui e ali.

O menino vem lutando contra a droga há tempos. As suas histórias, da época em que estava na rua, têm todas o mesmo enredo: as oportunidades de trabalho perdidas, o dinheiro gasto no *crack*, o desamparo. Sempre perdendo o jogo. “A droga não deixa a gente fazer nada”, afirma com convicção.

32

Pedro faz uma narrativa sincera sobre todos os erros que cometeu e as mentiras que contou trajetória até chegar a esse momento aqui, no Lar de Riobaldo. Fala da vida na rua, as dificuldades, da “correria” diária para conseguir dormir, arranjar droga, comer. E mais do que tudo, se manter seguro: “a rua destrói a mente das pessoas, então tem que ter cuidado.”

Ofertas de ajuda não lhe faltaram e ele nem conseguia ver. Teve muita gente boa no seu caminho, mas ele “não conseguia abraçar nada”. Trocava tudo pelo *crack* – amigos, família, trabalho. Uns amigos lhe arranjaram trabalho, coisa boa, tranquila. Logo no primeiro dia furtou 50 reais e se mandou direto em busca da droga. Não foi longe e levou uma dura da polícia, apanhou e ainda perdeu o dinheiro.

Para evitar a droga era preciso escolher com cuidado até a linha do ônibus em que embarcava. Se o trajeto incluísse o Jacaré, era melhor nem entrar. Nem pensar na linha 474. Uma luta que não cessa nem um minuto. Dia e noite entre a vitória do não e a derrota do sim. Ceder à fissura é perder mais uma batalha.

Para sobreviver nas ruas, Pedro acumulava conhecimentos, fazia amigos e organizava uma rotina básica: verificar sempre o lixo; conhecer os horários em que os supermercados disponibilizavam os produtos que perdem a validade para os moradores de rua recolherem; arranjar dinheiro.

Uma noite dormia debaixo do viaduto em Botafogo, bem escondidinho, e o pessoal da prefeitura, da equipe de acolhimento, o encontrou. O técnico pediu calma, conversou com ele, ofereceu cama, coberta, chuveiro quente para ele sair da rua. O chuveiro quente e a cama macia fisgaram Pedro. Estava cansado, sem dinheiro e com fome. Foi para o Centro de Recepção Taiguara.

Uma das educadoras do centro conhecia o bairro onde a mãe de Pedro estava morando, o Bateau, e começou a se mobilizar para fazer contato, tentar a reinserção familiar. Pedro, entretanto, sabia que se voltasse para a casa da mãe logo estaria de novo nas drogas. Não tem vergonha de admitir as suas fragilidades. Conversou com a educadora, explicou que voltar para a casa da mãe “não rolava”.

Um colega do centro de recepção havia lhe falado sobre um lugar especial, um abrigo para usuários de *crack*. Era o Lar de Riobaldo. Pedro guardou a informação, pensou, pensou e foi ficando interessado. Por que não? Pra quê continuar naquela vida de rua? No tal abrigo poderia estar a solução para seus problemas.

A vantagem de Pedro talvez seja, justamente, compreender o poder da droga sobre ele. “A droga é uma coisa muito pesada. Eu fico assim ‘vou, não vou, vou, não vou.’ É uma luta, duas pessoas dentro de mim ao mesmo tempo...”, admite. E então ele se protege, evita situações que possam oferecer risco. “A tentação vem direto pra mim. Quando você tá na rua, é difícil você achar uma droga assim no chão; quando você não quer, ela aparece. Já achei droga no chão aqui perto. É que nem matar um gigante todos os dias”.

“Se eu fosse para a casa da minha mãe, não ia dar certo, eu não ia conseguir. Eu ia voltar a usar droga. E a educadora conseguiu a vaga para mim aqui na casa. Tô aqui há um ano e três meses. Mudei a minha vida”, afirma.

Pedro começou a treinar atletismo no Maracanzinho. Virou corredor e já ganhou duas medalhas, que exibe todo orgulhoso. Agora está treinando no Miécimo da Silva, um enorme equipamento esportivo da Secretaria Municipal de Esportes. Quer treinar judô, fazer outras atividades. Que tal ser maratonista? É uma coisa a se pensar. Se pudesse sonhar, acha que gostaria de trabalhar em construção civil, sabe que leva jeito.

Mas, por enquanto, já basta a Pedro ter que matar todos os dias, mais uma vez, o seu gigante pessoal. Seu jeito de lutar continua sendo a correria, mas que, agora, acontece nas raias do campo de atletismo. Corre contra seus medos e limites e ganha medalhas. Elas são a prova concreta de que ele consegue vencer. Como todo campeão, tem humildade para isso.

A muralha

Chamam o lugar de “A Muralha”. Fica sob um viaduto, à beira da linha do trem, em Del Castilho, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Pertinho de um conjunto residencial.

Logo na entrada, ainda antes do “miolo”, onde está uma verdadeira aglomeração, a adolescente urina a céu aberto. Ninguém parece reparar.

É simplesmente um lugar aterrorizante. E para entender um pouco do estado emocional e psíquico dos meninos e meninas que chegam aos abrigos é preciso conhecer de perto uma cracolândia. Ou “cena de uso”, termo técnico utilizado por estudiosos para definir as aglomerações de usuários. Quem já entrou numa cracolândia e viu até onde pode ir a entrega do corpo e da consciência à droga também pode compreender o desgaste e a desorientação das crianças e adolescentes quando, obrigados ou não, entram num processo de abrigamento e abstinência.

As cenas de uso não são lugares para estômagos sensíveis. Na Muralha muita gente vive no vão onde o viaduto encontra o solo, criando uma espécie de reduto contra o vento e contra a observação pública. Sobre um sofá velho, colchões imundos e lençóis, misturados a uma infinidade de coisas inúteis e muito, muito lixo, adultos, jovens, crianças, senhoras e idosos literalmente se amontoam. Não é absurdo supor que pessoas possam morrer ali sem que ninguém perceba. Os corpos têm, todos, a mesma cor – a cor da sujeira urbana, de quem não toma banho há tempos. Se o abandono tem cheiro e cor, sua essência está ali, debaixo daquele viaduto.

34

Pintura feita na parede por jovens no abrigo Lar de Riobaldo



Ali estão os usuários que raramente deixam a cracolândia. Dormem, comem, fazem as necessidades fisiológicas e fumam compulsivamente, numa inércia de morte. Como conseguem dinheiro para pagar as pedras? É um mistério. Já não têm nada para trocar, alguns apenas de bermuda, as mulheres em roupas exíguas, no frio do outono carioca. Só em caso de absoluto desespero, quando esgotam todos os recursos para conseguir mais uma pedra, é que se arriscam a sair do reduto.

Na Muralha alguém montou um balcão, uma tábua sobre dois caixotes, e arrumou com esmero, em pirâmide, os copos de água mineral que se transformarão no cachimbo usado para fumar a pedra de *crack*. Funciona assim: a tampa metalizada é parcialmente aberta; no copo seco, mistura-se a pedra de *crack* e cinzas de cigarro; a cinza é queimada, a tampa é fechada de forma a só permitir que o usuário aspire a fumaça que se forma dentro do copo. Assim são evitadas as queimaduras acidentais dos velhos cachimbos. O copo é, portanto, produto de primeira necessidade.

Do outro lado da linha do trem, senhoras com camisetas de uma igreja evangélica distribuem comida às pessoas descabeladas, esqueléticas, com roupas que mal cobrem seus corpos. Forma-se uma fila sinistra – uma imagem saída de tempos de guerra e fome. Vidas sem qualquer perspectiva. Isto não pode ser ignorado.

Entrar na cracolândia não é difícil. Basta levar uma foto e estender para alguns dos usuários, perguntando se alguém viu a pessoa retratada. Eles são solícitos, educados e solidários. O olhar que lhe devolvem é de compaixão, até porque não são poucas as mães, avós, maridos e mulheres que passam por ali procurando seus parentes.

- Há quanto tempo ele tá sumido, tia?

- Tem uma semana.

- Mas não tá aqui não. Vai em Manguinhos, tia. Ele tá lá em Manguinhos. Tá todo mundo lá.

O olhar, a vontade de ajudar e o respeito com que tratam o visitante colocam no espaço entre os interlocutores um pedido: “Ei, me leva também? Me tira daqui?”

O pedido que não chega a ser feito vai junto, colado no corpo como as imagens coladas na retina. O *crack* exerce seu poder assim também. Uma cracolândia não é um lugar que se esqueça, que possa ser afastado com um aceno de mão. A cracolândia fica dentro da gente.

O tempo passou na janela e a menina não viu



*soubesse que era assim
não tinha nascido
e nunca teria sabido
ninguém nasce sabendo
até que eu sou meio esquecido
mas disso eu sempre me lembro*

Leminski

36

Joyce é uma morena alta, grande. Pode até ser bonita, quando se observa direitinho. Quando aparece banhada, com o cabelo arrumado, de uniforme da escola municipal, é uma adolescente como qualquer outra. Vaidosa, cheia de fantasias, namoradeira.

Joyce também pode ser um pouco assustadora quando muda de humor ou quando foca seus olhos baços, e não se pode entender se ela tudo sabe, tudo vê, ou se não, já nem se importa mais em ouvir a conversa. E é fácil aborrecer ou melindrar a moça. Basta não lhe dar a atenção que ela considera devida. Pronto, é possível enxergar uma nuvem de mágoa descendo sobre o rosto de Joyce.

Definitivamente, Joyce não é má pessoa, mas é suscetível sim. Talvez apenas se defenda antes

mesmo de saber o que vem pela frente, porque isso, com certeza ela teve que aprender muito cedo. Vida sempre difícil, na rua com a mãe. Há profissionais que trabalharam na rede de assistência que conhecem Joyce desde o tempo em que ela pequena ainda viva em equipamentos da Prefeitura que abrigavam famílias. Joyce é um personagem na história do sistema público de atendimento à população em situação de rua.

O que tem para contar, portanto, são coisas tristes, de apertar o coração. As suas lembranças se misturam, saltando datas e períodos, num quadro muito confuso. Mas existem alguns marcos que Joyce coloca na mesa, como quem entrega o que sabe que tem valor, ou que vai chocar, penalizar. Seria isso? Difícil dizer o que produziu esse jeito frio, distante, de narrar tantas desventuras: “Perdi minha virgindade com sete anos. Um taxista me violentou.” Sete anos, Joyce? Ela levanta os olhos e parece navegar para muito longe. Longe da sua própria história.

Talvez já esteja cansada de fazer esta mesma narrativa, de mostrar este pano de fundo sobre o qual pinta seu retrato, traça sua vida. Um pano de fundo que justifica o presente e esclarece quais foram as suas possibilidades. Quantas vezes Joyce já contou sua história? Inúmeras. Ela confirma que a sua vida sempre foi esta – entrar na casa, evadir, usar drogas, voltar para o abrigo, evadir, usar droga... “Desde bem novinha” é quando situa as primeiras lembranças.

Maconha, cocaína, thinner. Crack. A lista de experiências é longa neste período. Prostituição e prostituir também são palavras fáceis de dizer e assumir. Conta que se prostituiu na Quinta da Boa Vista, e que chegou a “tomar um pau” de uma prostituta. Ficou machucada e tem até hoje cicatrizes nas costas. Quando, Joyce? “Ainda era menina”

Outro marco foi a internação numa comunidade terapêutica em Barra Mansa. Tinha mais ou menos dez anos. Nove meses em tratamento e a primeira coisa que fez quando saiu foi se drogar. E de volta ao entra e sai de casas de acolhida, abrigos...

Saiu da rua, sim, uma vez, e foi morar com “um coroa”, no Mandela. O sujeito era dono de um “cabaré” e o casamento não trouxe nada de bom para Joyce. Ela continuou na droga, passando períodos na cracolândia, vivendo a vida da rua. Engravidou. Passou por vários abrigos, e menciona o antigo Centro Municipal de Atendimento Social Integrado Ayrton Senna, que manteve um abrigo para jovens em situação de rua com bebês ou grávidas. Não quis ficar por lá e nem em qualquer outro lugar. O que fez foi arranjar muitas brigas. “Briguei, briguei, briguei, aí eu perdi o neném.” Mais isso.

Porque tanta briga, Joyce? Porque tanta raiva? Não sabe, não.

Em menos de uma semana, Joyce – que estava muito bem no Lar de Ceci, matriculada na escola, saindo para a aula toda enfeitada com pregadores no cabelo, batom e blush – arrumou uma confusão e tanto. Brigou com outra adolescente; ameaçou uma educadora, fazendo um brinco de argola de arma; provocou a fuga da inimiga.

A moça não é mole.

Dois dias depois da briga, já transferida para outro abrigo, Joyce continua muito aborrecida. Está zangada porque foi transferida para o Lar de Gabriela, Gaby, como chamam. Reclama sem parar porque não está indo à escola e porque quer suas coisas: a maquiagem, o creme de cabelo que o irmão lhe deu, suas roupas. Chora, questiona, discute com todo mundo.

E reivindica seus direitos: “Tô há dois dias sem estudar! Eu posso fazer de tudo... Errei! Mas não é dever da criança estudar, tia? Não vou aceitar não! Não aguentam a pressão me mandam pra cá!? O juiz tá sabendo que eu to aqui? O juiz tá sendo comunicado que eu estou aqui? Eu só quero o que é meu, porque eu não tenho nada!”

38

Agora, quer ir embora, ir para o Lar de Ceci buscar suas coisas. E repete, em monocórdio: “Quero ir embora! Quero ir embora!”. Tarde demais para Joyce, e ela sabe disso. No sistema de abrigamento existem regras, acordos entre abrigados e direção da casa, educadores. Senão, com o nível de rebeldia das meninas, não há projeto que funcione. Joyce sabe que errou e que ultrapassou uma fronteira perigosa quando ameaçou a educadora. Mas força os limites, se rebela, prolongando um processo que os educadores conhecem bem.

A fala de Joyce está claramente comprometida e a capacidade de raciocínio também. Mal dá para entender o que ela fala e o olhar parece sempre perdido, desfocado, como se ainda estivesse sob efeito de drogas. Mas Joyce responde rápida e incisiva à estímulos externos – agride, chora, debate. Não dá para afirmar se foram as drogas, o *crack* especificamente, que deixou estas sequelas, nem se são sequelas permanentes.

Com seu jeito, Joyce começa a se interessar por outra conversa e pede para deixar uma mensagem para “as meninas”. Bem pertinho do gravador vai sussurrando: “Eu quero mandar um beijo para todas as meninas da rua. Para falar pra elas para sair da rua, que não fica mais na rua, que essa vida de droga não é boa. Eu também quero me recuperar para ser alguém na vida. Eu quero ser enfermeira.”

Ela já tem 17 anos. Daqui a pouco não poderá mais ser recebida por este sistema público de atendimento e acolhida de crianças e adolescentes. A vida vai ficar ainda mais difícil sem a proteção do ECA. Há anos nas ruas, ela já passou por todos os abrigos e casas da Prefeitura, já entrou e saiu de comunidades terapêuticas, conhece o Estatuto, o sistema de atendimento e seus processos. Conhece e teve ajuda de pessoas da área social. Nada funcionou.

Talvez, um bom começo para encontrar novas formas de atendimento a este público, a tantas meninas e meninos com histórias muito parecidas, seja admitir fragilidades do próprio sistema público. Fragilidades que tornam possíveis histórias tão longas de exclusão.

Acompanhando a trajetória de Joyce, é certo: até aqui não funciona.

No momento do fechamento da edição, chegou a notícia que Joyce estaria em algum outro abrigo, grávida.

Um método para reorganizar vidas

O Abrigo Lar de Gabriela é quase uma pequena chácara em Guaratiba, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Com muros altos, muito verde, quartos amplos.

Valéria Marino de Souza é assistente social no abrigo. Ela recebe as meninas que chegam, faz articulação com a rede social local para os atendimentos necessários para cada caso, cada adolescente. Neste processo, busca dar uma nova ordem à vida das meninas, para que deixem para trás, o mais rápido possível, os hábitos da rua.

Valéria largou outro trabalho para se dedicar inteiramente ao Lar de Gabriela, que exige mesmo atenção integral. Os profissionais que atendem a este público estão construindo um método de trabalho com as crianças e adolescentes usuários de drogas numa relação que se atualiza no dia a dia, na prática, e que demanda a interlocução de diferentes áreas para que seja possível construir portas de saída da exclusão e da droga. No caso do abrigo de meninas, o trabalho ganha contornos muito específicos.

As meninas engravidam, têm histórico de abuso e exploração sexual, chegam aos abrigos com doenças transmitidas sexualmente. O dia a dia do Lar de Gabriela é uma jornada marcada por enfrentamentos, conquistas, muito diálogo e negociação. Tanto dentro da casa, como com os parceiros institucionais e com as famílias das meninas abrigadas.



Área externa do abrigo Lar de Gabriela

Uma delas, uma menina de 16 anos, teve seu bebê há um mês. A criança ficou com a avó, e Valéria buscava um contato com a família para que trouxessem o bebê para a menina ver.

Como você constrói essa relação com as meninas? Tem que ser uma relação de muita confiança.

Valéria Marino: Quando elas chegam, depois da revolta inicial, do desconforto com a abstinência, o discurso é sempre o mesmo – ‘agora eu vou para escola, vou ficar em casa, vou largar a droga’. Mas a gente sabe que na prática é sempre difícil sustentar estas decisões. E a gente constrói esta relação com as meninas para ajudar a levar adiante a decisão de deixar a droga, a partir do acolhimento. O primeiro passo é acolher de verdade.

Isso significa ter uma escuta, parar e ouvir realmente o que o outro tem a dizer e, em alguns momentos, também se colocar na posição do outro. Porque o momento em que estas meninas chegam aqui é muito difícil. Já aconteceu de elas xingarem, nos mandarem para tudo quanto é lugar... é uma coisa horrível. Mas, para mim, é como se elas nem estivessem falando comigo. Porque eu sei que a revolta delas não é contra mim, é contra o sistema, contra o abandono, a falta das famílias, contra a família que ela não teve. E aí, felizmente, quem está ali para receber esta menina é o profissional da casa.

Você diz que elas estão gritando contra toda a história delas, suas trajetórias?

V.M.: Isso. Contra a vida delas, contra a ausência da família, a violência que, de repente, elas sofreram, o abuso que podem ter sofrido na rua. É a revolta contra o sistema, contra o abandono. O momento que ela tem para extravasar é quando entra na casa. E aí vai vir em cima de mim, de outro profissional, de quem estiver na hora. Então é assim, você deixa elas se acalmarem primeiro, mostra que você está aqui para dar apoio, criar condições para a permanência.

Você está ali para tentar organizar minimamente alguma coisa e garantir os direitos que elas têm. E tentar construir algo novo, mas partindo do princípio que os agentes principais de qualquer transformação nas suas vidas são elas mesmas. É a velha história – a gente dá a vara e ensina a pescar, não podemos dar sempre o peixe.

Tentamos construir isto juntos, conversando. Explicamos tudo o que a gente faz. Propomos ‘vamos fazer assim, você topa?’ Porque o adolescente é o ator principal da sua própria história, então eu não posso decidir nada por ele. Nós explicamos porque tem que ir para a escola, porque precisa fazer um curso, para que num outro momento, ele já chegue em casa estudando, com uma formação, um trabalho, com uma remuneração, uma ajuda para oferecer à família. Muitas famílias têm uma dificuldade financeira enorme e não podem receber o adolescente de volta do mesmo jeito que ele saiu. Ele precisa voltar com uma nova perspectiva, para que a própria família possa ver que é diferente. Que ele está melhor, que ele mudou e que, dessa vez, pode dar certo.

Este processo de reinserção na família é muito difícil?

V.M.: Depende. Cada caso é um caso. As histórias dos problemas com a família são meio parecidas, mas na singularidade de cada uma e de cada adolescente isso muda muito. Tem famílias que chegam aqui já querendo saber quando a adolescente vai poder ir embora. São famílias presentes, que visitam, ligam. Outras meninas nem recebem visitas. Em alguns casos, a jovem escorregou, errou, mas a família ainda está lutando por ela. E tem famílias que nem vêm ver, porque já desistiram. A pessoa já veio para cá tantas vezes, já teve tantas recaídas que a família cansa, não acredita mais, desiste.

Porque a família adoece junto com o usuário. Ele não adoece sozinho. E a família não tem orientação de como buscar ajuda, fica meio perdida e chega num ponto em que não sabe mais o que fazer. E, muitas vezes, quando o adolescente volta para casa, ele volta para quebrar tudo, quer esfaquear um, brigar com não sei quem, se coloca em risco e coloca a família em risco também. Está fora da escola, passando noites na rua, usando drogas, se prostituindo. Toda hora se colocando em risco. É preciso que durante este tempo em que o adolescente está acolhido, a família seja acompanhada, porque o objetivo principal é fazer a reintegração familiar, quando isso é possível. E que quando este adolescente retornar para casa, ele encontre uma família mais fortalecida. E ele também possa chegar de uma maneira diferente da que ele saiu. Este é o sentido do abrigo.

42

Nós conversamos com a família, mas também fazemos a interlocução com o CREAS de cada região, que é o Centro de Referência Especializado. O CREAS é voltado para a proteção especial, quando já houve violação de direitos, como é o caso do uso abusivo de drogas, da situação de rua, da exploração sexual e de rupturas assim. O CRAS é voltado para a proteção básica, para quem está vulnerável, mas está com a família, mantém vínculos.

Quando está na proteção básica ele já está em casa e tem alguma perspectiva mais próxima de melhoria. Às vezes pode estar fragilizado, não estar indo à escola, mas pelo menos está em condições de ficar em casa. Estamos sempre fazendo estudos de caso e trocando informações com a rede. A gente trabalha para o adolescente que está na proteção especial avance para chegar à proteção básica.

Acontece de elas virem direto da rua, do crack para cá?

V.M.: Já aconteceu de a gente receber direto, vindo do recolhimento da prefeitura. De meninas chegarem ainda com aquele cobertor, com a roupa muito suja, direto da rua. Às vezes pega na rua, leva para o Centro de Recepção Taiguara, e eles mandam direto para cá. Mas mesmo que do centro de recepção venha direto para cá é muito pouco tempo de intervalo entre a rua e o centro, é praticamente direto da rua.

E como é a chegada dele aqui?

V.M.: Bom, a adolescente quando chega aqui não quer ficar. Às vezes, ainda chega muito drogada, naquela 'nóia', como eles dizem. Aí a gente pede para a enfermeira acompanhar, elas tiram a roupa imunda com que vieram da rua, tomam um banho. Servimos um alimento, caso queiram comer alguma coisa, e elas ficam no tempo delas. Geralmente chegam e dormem muito. Quando estão na rua, em geral, passam muitos dias acordadas usando a droga, aí a gente deixa no tempo delas, porque precisam descansar e se recuperar. E a gente já começa a articular com a rede. Primeiro, para conhecer o estado clínico geral da adolescente, encaminhamos para o atendimento na clínica da família, para fazer os exames laboratoriais de sangue e urina.

É o abrigo que faz a articulação com o CREAS?

V.M.: É sim. Quando a adolescente é reincidente, é só ligar para a equipe do CREAS e informar que ela retornou, porque a adolescente já tem o técnico de referência e a gente reencaminha. Na semana seguinte ela já tem atendimento. Quando ela ainda não teve passagem pela rede a gente precisa articular isso, e aí começa um acompanhamento de caso.

Neste período que você está aqui, você diria que a articulação com a rede melhorou?

V.M.: Ah, melhorou muito! Mas acredito que possa melhorar ainda mais, tem como melhorar e estamos caminhando para isso. Mas as mudanças não acontecem de uma hora para a outra. As mudanças são lentas, é todo um processo micro e macro, que vem lá de cima. Mas nesse tempo que estou aqui, eu percebo uma grande melhora, e toda semana a gente se reúne para continuar avançando. Temos reuniões no CAPS 5.2, nós e o pessoal da Saúde e Saúde Mental, CAPSi. E avaliamos os casos, se tem dentista, se não tem, qual é a nossa dificuldade, se já fizemos o pedido há muito tempo e a adolescente não foi chamada... E a tendência é isso ir funcionando de maneira muito melhor.

Até pouco tempo atrás a tendência era rejeitar a figura vinda do crack, não era?

V.M.: Em alguns lugares ainda há preconceito. Ninguém nunca falou, mas você percebe na atitude, 'esse não tem jeito', ou pensam 'é ladrão', ou 'vai trazer problemas'. E pode trazer mesmo grandes problemas. Então vai fazer o quê? A gente tem que olhar e cuidar deste público.

+

Eu já ouvi uma mãe dizer assim: “quando ele vem aqui em casa, eu dou bastante dinheiro, que é para ele ir morrendo rápido”.

V.M.: Viu só? Mas se cada um fizer uma parte... Neste público, neste universo, se conseguirmos um resultado positivo, já é um sucesso. Por menor que seja a melhora, já é um sucesso. Porque é um ser humano, vale sempre a pena investir num ser humano. Ninguém vai usar droga porque quer, ninguém gosta de virar um cachaceiro, um drogado, viver no lixo, todo sujo, com fome, sem tomar banho, porque quer. Então vamos ver o fundo disto aí. Tem um fundo, tem uma história. Eu não tenho uma vida às mil maravilhas e resolvo ser ‘cracuda’ porque quero. Algo aconteceu nessa caminhada.

Então vamos ver o que foi? O que pode ser feito? É um trabalho difícil. Essa é uma área em que nem sempre você vê o resultado que quer, porque não é imediato. Às vezes o adolescente sai e você pensa que ele está bem, mas daqui a pouco ele está de volta e a gente entende que talvez não tenha sido o momento, mas vamos tentar de novo. E não vamos dizer ‘você aqui de novo, hein?’ A gente diz: ‘que bom que você voltou, vamos tentar de novo, mais uma vez?’ Não dá para desistir.

Você falou em “organizar a vida”. É também organizar a cabeça, a pessoa, não é?

44

V.M.: A gente fala sempre isso com elas. Elas, às vezes, estão muito agitadas, querendo ir embora. E a gente explica assim: ‘Vocês fazem uma bagunça terrível na vida de vocês. Deixam de ir à escola, saem de casa, estragam a saúde porque ficam na rua, usam drogas, têm relações sexuais com várias pessoas sem usar preservativos. E aí tem que dar um tempo para a gente poder organizar tudo de novo.’

Nós damos o exemplo da faxina. Quando vamos fazer faxina em casa a gente não tira tudo do lugar? Você olha e pensa ‘meu Deus, como vou colocar isso tudo no lugar de novo?’ Mas devagarinho você vai colocando. Quando vê, já está certo, organizado.

Mas ninguém aqui é mágico. Tudo é processo e leva um tempo. Retornar para a escola, voltar a ter cuidado com o corpo, com a higiene, com suas coisas, os objetos pessoais... Elas levam um tempo para desorganizar a vida, e provavelmente para organizar vai demorar mais um pouco.

E é uma coisa de precisar enfrentar a si mesma todos os dias...

V.M.: É o que nós costumamos dizer. Vontade de usar droga vai dar sempre. O corpo vai sentir vontade, mas é preciso aprender a dizer não. A gente trabalha muito isto com elas, o limite. Porque nem tudo é o que a gente quer. Por que nós estamos aqui? Porque temos trabalho, compromisso e queremos ver a melhora delas. E tudo tem regras. Desde bebês nós temos limites. Eu tenho limites, até o presidente tem limites.

Qual é a média de tempo aqui para elas começarem a entender essa fala?

V.M.: Não tem um tempo preciso para eles perceberem isso. É a singularidade de cada uma. Tem gente que fica aqui um mês e já percebe alguma coisa. E tem gente que vai ficar aqui três, quatro meses e não vai adiantar. Quando elas têm um histórico muito longo de uso de drogas, e dependendo da droga, compromete mais. Tem umas que chegam e já têm problemas de déficit de entendimento... com essas é mais difícil. Às vezes por mais que você fale, elas não absorvem. Mas nem por isso a gente deixa de falar. Nem por isso a gente vai deixar de tentar.

Um passo em falso

Loucura, eu penso, é sempre um extremo de lucidez. Um limite insuportável. Você compreende, compreende, compreende, compreende cada vez mais, e o que você vai compreendendo é cada vez mais aterrorizante – então você “pira”. Para não ter que lidar com o horror.”

Caio Fernando Abreu – Cartas, Ítalo Moriconi

O Lar de Ceci é a primeira unidade com uma metodologia diferenciada em que Raíssa se abriga para se afastar do *crack*. E também pela primeira vez está dando certo. Já passou por seis centros de recuperação ligados à igrejas, as chamadas comunidades terapêuticas, e todas as vezes “meteu o pé”.

Raíssa tem 16 anos e desde os 13 usa *crack*. A primeira droga que experimentou foi o *crack* e, desde aquele dia, não parou mais. Foram três anos de uma ligação profunda, uma viagem que excluiu todas as outras coisas da vida da menina: escola, família, amigos, casa, comida... O *crack* mudou tudo.

46

E apesar de tantas experiências acumuladas, Raíssa continua com jeito e olhar de menina. Os três anos no *crack* não deixaram sequelas aparentes. Raíssa tem bom senso e lucidez. Muita lucidez. Ela sabe muito bem por onde andou e que escapou, algumas vezes, até da morte.

O abismo se abriu na sua comunidade mesmo, em Padre Miguel. Uma amiga, vizinha, chamou Raíssa para matar aula ir à casa de um sujeito, um “coroa”, que liberava drogas para meninas. Na casa enorme, frequentada basicamente por mulheres, Raíssa matou uma curiosidade que, ela admite, sempre teve sobre drogas. “Será que é tão bom assim?” Para sua infelicidade, a primeira experiência foi com o *crack*. E ela achou muito bom. A menina, que não tinha fumado nem cigarro, não teve tempo de avaliar o tamanho do problema em que se metia. “Foi burrice mesmo”, conclui.

Mas Raíssa, como tantas outras crianças que começam a usar droga, tinha exemplos em casa para despertar a curiosidade. Ou, se exemplos não importam, a tristeza e a negligência podem importar. A mãe é viciada em cocaína e trabalha na boca de fumo.

O pai está preso em Bangu e também era viciado. A menina viveu, na prática, o abandono e a perda dos vínculos familiares pela ausência dos pais, perdidos para a droga.

A casa da mãe, mesmo, ou principalmente, quando estava no *crack*, era o último lugar para onde Raíssa pensava em voltar, ou se abrigar. “A minha casa toda fica uma lixeira. Minha mãe, quando chegava doidona, batia nos meus irmãos pequenos sem motivo. Já tentou até me vender. A minha sorte é que o cara gostava de mim. Hoje em dia ele quer até casar comigo. Nunca abusou de mim, eu nunca fiz sexo com ele. Ele diz que vai esperar eu fazer 18 anos para casar comigo. Eu não gosto dele desse jeito, mas ela quis me vender pra ele”, lembra indignada. A voz, pela primeira vez, embarga e dá para entrever o tamanho das feridas.

A referência familiar de Raíssa é a avó materna. Foi a ela que recorreu, mais uma vez, quando se viu perdida, à deriva no mundo. É com ela que a menina conta. E a avó está presente, agora, no processo de recuperação. E como abandonar esta mocinha, que antes de escorregar daquela primeira vez nunca deu problemas? Estava na escola, cuidava dos irmãos, tocava a vida. A mãe lhe dava R\$ 100,00 por mês, do Bolsa Família, e ela administrava o dinheiro, comprava suas coisas. Estava em equilíbrio. Talvez num “equilíbrio precário”. Pode ser. Porque o *crack* chegou para tocar lá no fundo do coração de Raíssa e levou tudo.



Pintura feita na parede feita por jovens de um dos abrigos

O dinheiro do Bolsa Família, enquanto ainda ia em casa buscar, começou a ser gasto no *crack*. Depois parou de ir ver a família e ficava meses direto na rua, em Vila Vintém, na sua comunidade. Nunca saiu para outras cracolândias. Não precisava, o inferno era ali mesmo, com endereço certo.

Não é brincadeira de criança

Raíssa concorda que usando *crack* sem parar a pessoa perde o contato com a realidade e nem lembra mais quem é. Ou não é mais ninguém. Com cinco dias sem dormir ela já esquecia tudo, saía do mundo e virava zumbi. “É isso mesmo, é zumbi. Só quando não tem mais dinheiro para comprar *crack* é que a gente lembra da família. Quando passa a onda, parece que tudo, todos os problemas desabam na cabeça da pessoa. É muito ruim. Mas na cracolândia, você só pensa em fumar. Dormia, acordava com muita fome, mas se eu arranjasse cinco reais, mesmo com fome, eu ia comprar *crack* e não comia”.

Para conseguir dinheiro para comprar *crack* vale tudo, Raíssa? “Vale.” Foi depois do *crack* que Raíssa fez sexo pela primeira vez, em troca de dinheiro e de droga. Roubava também, pequenos furtos, mas o seu dinheiro vinha basicamente da prostituição. Por isso, lembra meio assombrada com a própria constatação de que “a noite é que era da gente, do *crack*”.

48

“Durante o dia é difícil. De noite não, a gente vive que nem zumbi mesmo. Parece que a noite é nossa. Não sei... a noite é das trevas. Na noite tudo do mal acontece. Depois da meia-noite, então! A gente se enfia nos buracos da cracolândia e tudo acontece...”

Acontece, não tem como, não tem saída por ali. “De dia os caras não param pra fazer programa, um vizinho pode ver, a família pode ver, mas de noite a gente faz muito programa. Os caras até falam ‘Tá doida para comprar um *crack*, né?’”.

É Raíssa, o nome disso é, de um lado, vulnerabilidade, e do outro, abuso.

Raíssa lembra que, num programa que durou dias, foi com o homem para um motel e gastaram três mil reais. O tal “programa” consistia em muita droga, bebida e falação. “Às vezes eles nem conseguem fazer nada de sexo. Só querem contar da vida deles, desabafar”, explica.

E ela escutava os desabafos. Mas só escutava porque já sabia que desabafar é expor fragilidades ainda maiores do que estar sozinha com um sujeito “doidão”, trancada num quarto de motel. A fragilidade poderia ser usada contra ela: “eu não falava nada, porque aquilo ele vai usar contra mim.”

Quando ele sabe que eu sou sozinha, que eu não tenho ninguém, usa isso contra mim. Um cara já colocou a arma na minha cabeça, porque ele sentia prazer fazendo a mulher sofrer. E ele encostou a arma bonita, prata, na minha cabeça, doidão. Tinha bebido, cheirado. Aquilo foi um trauma para mim”.

E foi depois de um desses programas radicais que Raíssa teve... Uma iluminação? Ela acordou na casa de um sujeito, mais um “doidão”. Eles tinham passado dias se drogando. “E eu acordei com o pensamento de mudar, desesperada. Liguei para a mim avó do celular dele, chorando muito, pedindo para ela me ajudar”, conta.

A avó ainda hesitou:

- Tem certeza?

A senhora já estava cansada de ouvir Raíssa dizer que queria parar, de arrumar vaga nas comunidades terapêuticas para depois saber que a menina evadiu. Mas, dizem, coração de vó é até maior que coração de mãe:

- Então vem, vou até deixar o portão aberto. Você vai entrar se quiser e sair se quiser.

Mas eu vou lhe ajudar.

Raíssa andou 40 minutos a pé até a casa da avó. E juntas foram à luta para encontrar solução para aquela desgraça; encontrar um jeito de arrancar o *crack* de Raíssa. Depois de andar muito, conversar com assistentes sociais, educadoras e até com juiz, a menina chegou ao Lar de Ceci. E está satisfeita: “aqui é muito bom”.

Conta que já esteve melhor, mais calma. Está há um mês na casa e agora está passando por um momento muito difícil, com muita vontade de usar *crack*. “Acho que meu corpo estava se recuperando, mas agora, que ele tá firme, parece que a vontade vem forte. É uma coisa muito forte, vem de dentro da gente. É vontade mesmo. É na carne, parece que a carne pede. Ontem passei mal, com muita vontade. Tive até febre. Mas não chego a ponto de quebrar nada não. Mas fiquei com raiva. Eu disse ao enfermeiro que eu tava passando mal e ele me explicou que era a abstinência. Mas eu não queria aceitar aquilo. Chorei muito, vomitei...” desabafa, finalmente, Raíssa.

E ainda há pesadelos, as noites apavorantes em que sonha que está na cracolândia: “Tenho tido muito sonho e meu sonho é só negócio de *crack*, *crack*... sonho que eu já não tô mais aqui. Acordo e tenho uma crise. Choro, choro, choro.”

Mas vai passar, Raíssa, vai passar. A menina agora está segura, bem cuidada, protegida. Conversa com o psicólogo que atende o Lar de Ceci, e logo vai receber atendimento no CAPSi. Está se tratando da doença que trouxe do sexo sem preservativos, está se alimentando. Ainda não ousa ir para a escola, tem medo de recair, de “meter o pé”. Por enquanto, prefere a segurança da casa, o contato permanente com os educadores, as conversas com o psicólogo.

Já decidiu, que quando sair, quando estiver bem forte, vai ver os irmãos e tentar ajudar a mãe a largar a cocaína.

É impossível não torcer para que a menina volte a brincar.

E a boa notícia é que ela continua no Lar de Ceci. Engordou, botou corpo, e até um sorriso mais amplo alegrou seu rosto. Mais um pouco, só mais um pouco de esforço e resistência, porque vai passar, Raíssa!

Funk do Lar de Ceci

Autoria coletiva das meninas abrigadas.

*No Lar de Ceci
Tratamento é tudo ou nada
Nós tem vários oficineiro
Educador é que não falta
Tio Bruno, Tia Anália, Tio Negueba para firmar
E quando ele chega, elas começam a gritar
Não são melhor e nem pior
São apenas diferente
É o modo de tratar, tratando a gente como gente
E para finalizar, vou mandando esse papo
O certo é o certo, o errado é o errado*

Um lugar para chamar de seu

*A realidade
Sempre é mais ou menos
Do que nós queremos.
Só nós seremos
Iguais a nós próprios*

Ricardo Reis/Fernando Pessoa

Algo como Tahyssa Sthefanny de La Cortez de Brunetti. Nome de artista. Identidade social escolhida por André, um menino de 14 anos que está abrigado no Lar de Peri há um ano e meio. Entrou na casa com doze anos, deixando para trás uma história de uso de drogas e prostituição.

E foi no abrigo que decidiu se livrar definitivamente do vício, quando conviveu com outro abrigado completamente destruído pelo *crack*. O menino não conseguia se alimentar sozinho, não andava, não falava, dormia o tempo todo, fazia xixi nas calças. Uma cena de horror. André pensou com seus botões:

52

- Eu não quero isso para mim. Eu não quero ficar assim!

Bom, antes que um mal estar se instaure, para André principalmente, daqui para frente ele será tratado por Tahyssa, que é como quer ser chamado. Corpo de menino e alma de menina há muito tempo. "Já me conheci lá na Paraíba", lembra Tahyssa, querendo dizer que soube que era homossexual e também que queria mesmo era ser menina.

Ele nasceu no Rio, mas foi mandado para a Paraíba, para morar com a avó, já que a mãe não tinha a menor condição de criar o garoto. Mas com sete anos o menino voltava para o Rio, para a favela Nova Holanda, Zona Norte da cidade, onde foi viver com a mãe.

Em pouco tempo Tahyssa começou a transgredir todas as fronteiras colocadas na vida de crianças. Escola? Nenhum interesse. Rua, bailes, namorados, cigarros, maconha, cocaína. Até chegar ao *crack*, com apenas nove anos.

Formalmente morava com a mãe, mas a verdade é que passava a maior parte do seu tempo na rua. Fugia de casa para ficar pelos bares, fumava, bebia. A mãe ia atrás. Ela voltava, ficava dois, três dias e logo pegava o caminho da rua de novo.



Quem apresentou o *crack* a Tahyssa foi um namorado. Lembra exatamente o dia em que umas amigas a convidaram para o baile funk. Lá ela arrumou o namorado, que lhe propôs um passeio, uma voltinha. “Aí, a gente conseguiu dar um perdido nas mona e saímos. Foi ele que me levou para conhecer o *crack*. Ele me ensinou a usar e eu gostei. Eu sempre quis usar *crack*. É uma onda que a gente fica vendo e escutando coisas. E a gente fica sempre querendo mais, até rouba para conseguir mais droga”, vai contando Tahyssa.

Ela frequentava a cracolândia do Jacaré. Para conseguir dinheiro para o *crack* e para todas as suas necessidades, principalmente roupas bonitas, Tahyssa se prostituía, nas ruas do Centro, na Glória, em Copacabana, Botafogo. Vida de adulta, “montada” – salto alto, cabelão, maquiagem, vestidos. Ela explica que gostava de coisas bacanas e trabalhava muito para manter a linha. As travestis mais velhas lhe vendiam ou davam hormônio feminino e lhe ajudavam, oferecendo um quarto para dormir de vez em quando ou para um banho. Tahyssa diz que era “fervorosa” e por isso ganhava a amizade das travestis mais velhas. Fervorosa significa festeira, animada, baladeira... Tudo isso antes dos seus doze anos de idade.

Onde fazia ponto, tinha todos os tipos de cliente – homens em carros bacanas, motoristas de táxis e até de ônibus, quando circulavam vazios, na madrugada. Boa parte do dinheiro que ganhava tinha que dar para “a madrinha”, a dona do ponto de prostituição. “Se não pagasse a madrinha a gente apanhava, podia até levar uma navalhada. Então, se eu ganhasse R\$ 250,00 ou R\$300,00, tinha

que pagar R\$ 150,00 para a madrinha”, conta Tahyssa. O programa mais caro, “sexo selvagem”, pode custar mais que R\$ 250,00, mas envolve riscos, tudo pode acontecer: mais de um parceiro, pedidos inusitados, violência...No *crack* gastava cerca de R\$ 60,00 numa noite. Fazendo as contas, sobra pouco para comer, morar, vestir.

E a mãe, onde estava? “Minha mãe me procurava, mas eu me escondia, fugia dela. Só voltei pra casa com ela uma vez, porque me deu pena dela”.

Mas teve aquela noite, em que Tahyssa estava na rua, com um namorado, tinham usado *crack*. Estava muito frio e chovia há dias. O namorado propôs que fossem para um abrigo. A ideia era procurar uma das kombis da Secretaria Municipal de Assistência Social e entrar, pelo menos, no Centro de Recepção Taiguara, que eles ainda chamam de “Casa da Carioca”, no Centro, para passar uma noite.

“Eu entrei na Carioca vestida de mulher. De salto, peruca, toda montada. Cheguei tranquila, mas depois, quando dava vontade de fumar crack era muito sofrimento”, lembra Tahyssa. As crises de abstinência eram um desespero, uma agonia, e ela precisava de remédios para dormir um pouco, descansar.

54

Precisou de abrigo e foi encaminhada para o Lar de Peri. Está matriculada na escola, frequenta o CAPSi. Vai bem, anda calma e bem adaptada à rotina. Sonha em estudar e fazer um curso de cabeleireira ou maquiadora; sonha também em voltar às suas roupas bonitas, seus saltos, cabelão, batons. É vaidosa demais, e faz questão de lembrar: “Mesmo quando estava no *crack*, não andava suja. Sempre quando ia usar *crack*, eu ia arrumada, com meu cabelo pronto, de peruca...” Imagine, então, como será agora, sem drogas e projetando um futuro?

Tahyssa não tem qualquer contato com a mãe há uns quatro meses, pelo menos. O que significa que está sem um vínculo familiar, ou que o vínculo que tem não é muito forte. Como é que vai se virar sozinha?

Alguém pode argumentar que com toda a sua experiência de vida ela talvez tenha maturidade suficiente para encontrar um caminho que lhe deixe segura e feliz.

Mas olhando assim, de perto, Tahyssa, ou André, é só uma menina/menino, uma criança ainda, que talvez nem tenha tido a oportunidade de fazer opções, sem saber que travestis não precisam, necessariamente, se prostituir ou serem explorados. Como adolescente que é, tem direito de saber que há, sim, alternativas, escolhas, e que pode haver felicidade e segurança fora do gueto. A infância ela já perdeu para as drogas e para a exploração sexual. Que não perca a juventude.

Apontamentos sobre um novo desafio para a saúde mental

John Luiz de Castro, psicólogo da Unidade de Reinserção Social Lar de Ceci.

Iniciei minha clínica com sujeitos toxicômanos há seis anos aproximadamente. Num primeiro momento, meu contato com este público foi no próprio consultório, estendendo-se, posteriormente, a um centro de atendimento ambulatorial a crianças e adolescentes, de ambos os sexos, usuários de substâncias psicoativas, SPAs, e àqueles que estavam potencialmente vulneráveis ao uso. Nesta unidade, desenvolvia um trabalho de prevenção e de tratamento efetivo por meio da psicoterapia e de dinâmicas de grupo tanto para os adolescentes quanto para os familiares.

A unidade era financiada pelo setor público e os usuários vinham da população de baixa renda. Chegava a fazer 30 atendimentos psicológicos semanais. Ali, tive contato pela primeira vez com usuários de *crack*, ainda de forma pontual, pois, naquela época, entre 2007 e 2008, poucos eram as crianças e os adolescentes que experimentavam a substância, na medida em que costumavam utilizar mais a maconha. Entretanto, aqueles que utilizavam o *crack* já evidenciavam a dificuldade em operar sobre a estrutura capaz de fazê-los refletir sobre o uso das SPAs, de modo geral, sobretudo se considerarmos os efeitos lesivos que o *crack* produz no organismo num espaço-tempo absolutamente curto, ocasionando, por exemplo, a deteriorização do aparelho sensório-cognitivo.

O aparelho sensório-cognitivo é a estrutura que contém as sensações experimentadas pelo corpo por meio de estímulos internos ou externos, e a cognição, considerando, sobretudo, o elemento da percepção. Quando um usuário de substância psicoativa deixa seu corpo se impregnar por este tipo de substância ele vai captar as sensações provocadas pela química e a percepção que o sujeito passa a ter dos estímulos internos (os provocados pela inserção da química no sistema nervoso central, por exemplo) e/ou dos externos (o mundo, as pessoas, as coisas etc.) fica bastante perturbada. Esta percepção difusa ocasiona a incorporação de padrões cognitivos que desorientam o usuário no mundo. Então, a passagem da química pelo corpo produz sensações que são percebidas e transformadas em percepções que, por sua vez, ao passarem pelo processo cognitivo – quando entram em funcionamento outras funções superiores, como a memória e a emoção – geram um padrão de comportamento que se difere amplamente dos padrões das pessoas que não fazem uso abusivo de SPAs.

Esta constatação da deterioração do aparelho sensório-cognitivo me chega, por exemplo, através do comportamento que os usuários passam a ter depois de um determinado tempo de uso das

substâncias psicoativas, não apenas em termos físicos, de soma, que é o que me interessa menos, mas em termos de cognição, da capacidade de organizar as sensações e a percepção e fazê-las interagir com outras funções cognitivas.

Sem contar que, dado o gozo experimentado – e quanto mais cedo pior –, os usuários passam a orientar suas vidas tendo como referência as SPAs de um modo que se assemelha quase a um retorno ao próprio corpo, um modo alucinado. Basta observar a redução de atividades sociais. Eles passam a viver praticamente apenas nas “cenas de uso” de *crack*, onde comem, usam drogas, fazem sexo, defecam, urinam, quase que no mesmo espaço físico. Quando são adolescentes do sexo feminino, população com que mais trabalho ultimamente, suas vidas se reduzem a conseguir dinheiro por meio da prostituição, de furtos e roubos, e à prática do consumo abusivo das SPAs.

A família

Desde a época dos primeiros anos de trabalho com usuários, através da escuta clínica, já pensava que o *crack*, e as SPAs de modo geral, eram apenas o sintoma de um problema maior, que é a vulnerabilidade social a qual estavam submetidos os usuários. Podemos incluir nesta vulnerabilidade primeiramente o dilaceramento dos valores e da organização da família destes sujeitos. Histórias de abuso sexual dentro do próprio lar da criança ou do adolescente, os mais diversos maus tratos e negligências eram frequentes em seus relatos. A “droga”, na maioria das vezes, entrava em cena para ajudar a fantasiar, alucinar, transformar a dura realidade em que viviam cotidianamente.

Neste contexto, todo o atendimento psicológico é voltado para a valorização da autonomia e da promoção da liberdade, da dignidade e da integridade desses jovens devido à fragilidade de seus laços familiares.

Mas não costumo usar o termo “famílias desestruturadas”. Este é um tema bastante complexo e que vem sendo amplamente discutido em várias áreas do saber. Para trabalharmos com a hipótese de que a maioria dos usuários de *crack* vem de famílias desestruturadas, teríamos de definir o que entendemos por uma família estruturada.

A configuração da estrutura familiar clássica é a de um homem, uma mulher e seus filhos. Mas hoje, temos novas configurações da família, bastante diferenciadas e que não podem ser classificadas como “desestruturadas”.

Entretanto, podemos perfeitamente considerar que a maioria dos usuários de *crack* faz parte de famílias em que as relações entre os membros são pouco definidas em termos de polaridade dos papéis e valores diferenciadores dos valores masculinos e femininos (ativo-passivo). Na Unidade de Reinserção Social onde atendo diretamente meninas com níveis de vulnerabilidade social elevados, observo que a figura do pai/lei (ou daquele que o represente ou a represente, no caso da lei) é

quase que totalmente ausente na constituição dos sujeitos usuários de SPAs. O que estou querendo acentuar é que, de alguma maneira específica, a figura do pai é muito rebaixada. Uma coisa bastante observada e que acontece com extrema frequência é a ausência do nome do pai ou genitor no registro civil de nascimento do usuário de SPAs.

É comum também uma desorientação causada pelos problemas na relação com a mãe. O primeiro recurso da criança e do adolescente para lidar psiquicamente com esta ausência da mãe é um retorno ao próprio corpo, por intermédio das drogas ou do próprio contato sexual com homens e mulheres. Outra característica marcante é que estes sujeitos usuários de SPAs costumam ter um comportamento bastante infantilizado: muitos dormem com o dedo na boca, com as mãos nas genitálias ou então urinam durante o sono.

É preciso também considerar o histórico familiar de uso de drogas. Geralmente são as mães as usuárias. Embora alguns adolescentes afirmem ‘não, nunca usei com minha mãe, eu respeito’, eles reconhecem que os “pais” fazem uso. Mas mesmo quando usam a droga em casa, crianças e adolescentes procuram manter a prática em segredo, o que raramente conseguem. É verdade que ele já estiveram, por exemplo, nas “cenas de uso”, em plena luz do dia, vistos por todos que passavam diariamente pela Av. Brasil, por exemplo. Mas há, entre os que estão em unidades de acolhimento institucional, o sentimento de que o usar droga não é natural, de que há ocasiões específicas para o uso e de que o fato de seus pais usarem é algo contrário às regras da sociedade na qual estão inseridos. Eles tratam do assunto, felizmente, como algo ainda marginalizado. Mas isto é uma linha realmente tênue, que se for rompida definitivamente pode ter muitos efeitos para as crianças e adolescentes expostas às drogas.

57

A prostituição

Sem dúvida, a prostituição é um dos caminhos pelos quais os adolescentes do sexo feminino acessam as SPAs. Poderíamos questionar o porquê de não utilizarem outros meios, como, por exemplo, a prática de roubos, furtos ou o trabalho no tráfico, como ocorre algumas vezes. Algumas adolescentes, mesmo tendo acesso a estas práticas, lançam mão da prostituição, e quando falam disso, expressam algum prazer. Acredito que há um gozo na prática da prostituição e isso independe da finalidade, como uso de SPAs, no qual há também um gozo.

A descoberta da sexualidade no corpo infans é centenária e devemos a Freud (1905), o conhecimento de que a sexualidade está inteiramente vinculada às manifestações sintomáticas. Aqui, no caso, à toxicomania, sobre a qual o próprio Freud, posteriormente (1930), fez um breve

comentário, quando abordou as três fontes do sofrimento humano que estão na base do que chamou de “o mal-estar na civilização”. Lá, no texto que carrega este título, já defendia a tese de que o próprio corpo, o mundo externo e a relação com os outros homens são as três fontes principais de mal-estar e a toxicomania seria um dos modos de tamponá-lo, precariamente, não podemos esquecer.

Essa perspectiva aberta inicialmente por Freud permite-nos resgatar esse debate em torno da prostituição bem como o da toxicomania. E aí, não acredito que a condição feminina seja uma fragilidade que torna as crianças e jovens vulneráveis à prática da prostituição para acessarem as SPAs.

Observo que a fragilidade é da ordem do que poderíamos chamar de biopsicossocial. Há inicialmente um desconhecimento sobre o corpo como algo feito para gozar, ter prazer independente do gênero, que passa a ser secundário, tanto quanto a prostituição. Não saber lidar com as excitações internas talvez seja uma das principais questões em relação a esta população. Existe uma vulnerabilidade social e isso não podemos negar. Mas há uma vulnerabilidade quanto às questões impostas pelas excitações que se originam nos seus próprios corpos e alcançam seus psiquismos de modo que as deixam desnorteadas impulsionando-as ao uso abusivo e à prostituição, que passam a ser, inclusive, tentativas de socialização. E não é à toa que se chamou inicialmente de “cracolândias” (hoje se utiliza a expressão “cenas de uso”) os lugares onde várias pessoas se unem para consumir abusivamente SPAs. Um lugar de uso coletivo, de encontro de pares.

58

Tenho uma tendência a pensar que todas estas questões gravitam em torno desta vulnerabilidade excitatória – que provém do corpo –, a que estão submetidos todos os seres falantes e que, somada à vulnerabilidade social, torna o problema ainda mais complexo. É uma incompreensibilidade que parte do corpo e se estende pelo desabrochar constitutivo do existir.

Não penso que a utilização do corpo como forma de ganhar um espaço seja algo que se possa chamar de empoderamento destas meninas. As finalidades do empoderamento divergem, para mim, do que ocorre entre essas adolescentes. O que observo é que há uma vaidade que passa pelo corpo e que surge como forma de domínio ou de submissão, dependendo do caso, e não de conquista ou engajamento, que são atributos, por exemplo, do empoderamento. No tocante ao domínio, à posse, as manifestações passam pela homoafetividade, que é um hábito muito comum entre as adolescentes e que se desenvolve rapidamente, quando acolhidas. Acredito que a submissão seria, em última instância, ao seu próprio gozo, do qual elas nada sabem, e que apenas as impulsiona a atuar.

“Família” na Brasil

A Prefeitura se esforçou muito para acabar com a cracolândia da entrada Ilha do Governador.

De início os usuários ficaram num triângulo arborizado, que dividia as pistas da Avenida Brigadeiro Trompovsky, de entrada na Ilha do Fundão, e a Av. Brasil. Logo, logo o lugar começou a chamar a atenção, com o número crescente de jovens e crianças, o acúmulo de lixo, o movimento 24h por dia. Virou uma aglomeração de assustar, penalizar, atordoar, revoltar, de acordo com o olhar de quem passava.

Reprimidos, começaram a se espalhar, atrás dos tapumes, das obras, nas calçadas em frente ao Parque União, e depois partiram para os viadutos, de acesso um pouco mais difícil. Os usuários se acomodavam colados às paredes, onde o chão de terra e grama foi sendo substituído por pedras pontiagudas, como se aquela dificuldade pudesse realmente significar um desconforto ou um obstáculo.

Nesse espaço, o ambiente era absolutamente inédito, mesmo para quem já viu cenas de muita miséria. O que acontecia na Av. Brasil montava um quadro novo sobre o que é a desistência, voluntária ou involuntária, da própria humanidade tal como foi moldada até aqui, como civilização. Pretender que, para aquelas pessoas, as pedras pontiagudas fossem desconfortáveis a ponto de fazê-las sair dali parece piada.

E o pior é que havia, sim, entre os usuários entocados naqueles vãos, gente absolutamente consciente do que vivia: “Desculpa aí essa sujeira. Desculpa aí, por causa desse cheiro”.

Qual o cheiro? Cheiro de fezes, de urina, de sujeira, de falta de banho. Cheiro de tristeza e loucura. Roupas rasgadas e abandonadas, chinelos, muito lixo, e fezes frescas e velhas. E as pessoas nem sequer saiam do lugar onde defecavam.

Muitos rapazes. A maioria jovem. Um sujeito muito branquinho, alto, de dedos longos e delicados se destacava, entre a maioria parda e descabelada que se equilibrava nas pedras pontiagudas. Ainda completamente vestido, bermuda, camiseta, um casaco no ombro, mas já sem os sapatos. Estrangeiro, argentino talvez. Tentou responder às perguntas, mas sem fixar o olhar em lugar nenhum, atônito, parecia procurar um ponto de apoio, como um cego que enxerga, mas não reconhece o que vê. Estava “chapado” demais e suas respostas ficaram paradas em algum lugar, num silêncio de trincheira, talvez para impedir que ele ouvisse onde estava, sentisse o fedor, lembrasse seu próprio nome, sua existência.



Na Avenida, os carros e caminhões passavam rápido, contribuindo para o atordoamento, uma trilha sonora para a loucura que ganha espaço dia a dia na vida de crianças, adolescentes, adultos.

Uma mulher semi-vestida, ou semi-nua, quem saberia dizer, chupa chupeta como uma criança pequena. Está num grupinho que fuma, dividindo o copo de água que serve de cachimbo. Ela repete uma frase que já é clichê no mundo do *crack*: “isso aqui é uma prisão sem grade. Tem chave, não”.

60

Um homem mais velho, sem camisa, exibindo uma horrível magreza, entra na conversa para dizer que não sai dali por nada. A mãe já veio buscá-lo e a irmã também. Mas ele não quer ir, diz que não tem mais jeito. Enquanto ele conversa, o resto do grupo aproveita para fumar. Ele percebe e se aborrece: “Porra, família! Família! Porra! Tem que ser família”.

Família é este grupo de pessoas que, juntas, fundam uma condição de existência para cuja descrição ainda é preciso inventar palavras.

Naquela redondeza, entre a Av. Brasil, o Parque União e a Av. Brigadeiro Trompovsky, o grupo coeso dos usuários, a “família”, migrava de viaduto em viaduto, de lado a lado das pistas, se adaptando a cada brecha, desvão, buraco. Fugiu e reagiu com pedradas às equipes de abordagem e acolhimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, SMDS, se colou nos muros, resistiu. Mas o poder público retomou o espaço e fechou o cerco, empurrando a cracolândia, talvez, para o miolo da favela.

Já não há, por ali, uma cena de uso, e a população até se tranquiliza.

Em janeiro desse ano, em plena batalha entre usuários e poder público, Rafael Mota, um menino de dez anos, que tinha casa, mãe, avó, tio e irmãos, morreu atropelado na Av. Brasil quando fugia da equipe de acolhimento. Usava *crack* desde os oito anos e vivia fugido, sumido de casa, metido na outra “família”. Tão novinho, Rafael naquela manhã tomou o rumo errado. Mais uma vez. Família?

Fora do bonde, mas na correria

*A gente toma a iniciativa
Viola na rua a cantar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a viola prá lá...*

Roda Viva, Chico Buarque

André é um lobo solitário. Repete diversas vezes que “ninguém tem amigo em lugar nenhum” e que desde os tempos de baile *funk* andava só. Na rua, então, é muito pior. “Ninguém tem amigo na rua, não. E na rua não pode andar junto. Se a gente andar junto, no maior bondão, a polícia vai lá e mata tudo. Se tem um cara no bonde que já matou, já roubou e eu tô junto, e os caras chegar, eu vou morrer também”, explica André, ponderadamente, como quem ensina uma tática de guerrilha.

Meninos de rua têm história, seus marcos, suas regras e uma moral. Têm, inclusive, um conhecimento, se não profundo, suficiente, sobre a legislação que rege sua vida: santo Estatuto da Criança e do Adolescente que lhes confere o status de “sujeitos de direitos”. Santo ECA. E tendo como fundamento a sua história, experiências e também suas lendas, fazem escolhas; organizam rotinas e rituais; demarcam territórios. André bebeu dessa fonte para fazer “a gestão” da sua vida. Ou pelo menos ele acredita nisso.

O menino tem apenas 14 anos e desenvolveu suas próprias estratégias e teorias de sobrevivência. Tem um discurso organizado, de gente grande, ou de gente que aprendeu a se cuidar. Gosta de manter a dignidade: sempre andou limpo, nunca ficou magro demais e “nem parecia que usava *crack*”.

André vivia com o pai, a madrasta e três irmãos na Estrada Engenho das Pedras, Ramos, Zona Norte do Rio. A família veio de São Paulo, onde a mãe de André ficou. O menino começou a aventurar-se na cidade e espiar o horizonte com os bailes *funk*. “Saia para baile, voltava para casa; saia para baile, voltava...”, lembra. E a cidade chamava, convidava André a prolongar os passeios. O próximo passo foi a maravilha da praia - ir brincar de menino no mar da Barra da Tijuca. E daí o mundo se abriu. Mergulhar e se aquecer na areia; perambular pelas ruas bonitas, sem hora para nada; fumar um baseado; viver de lanche e salgados; se apropriar da cidade.

A casa do pai foi ficando cada vez mais distante, menos atraente, mais difícil de chegar. Quanto mais tempo ficava na rua, menos queria voltar, porque sabia que o castigo era certo: uma boa surra para compensar a preocupação e a travessura. A primeira grande ausência durou um mês e a volta

para casa foi um apocalipse. Deu um tempo, fingiu arrependimento, esperou a vigilância relaxar e escapuliu de novo. Mas agora a coisa era mais séria. André assumia a rua como seu território.

Escolheu a Rodoviária Novo Rio como lugar preferencial para a dormida. Lá se sentia mais seguro - "Lá ninguém fazia maldade com ninguém" -, podia tomar banho na bica que fica "logo ali na rua de trás". Sem falar no fluxo permanente de gente viajando, chegando e partindo da cidade. Por isso é um lugar escolhido por muitos moradores de rua para pernoite.

Mas a rua é o grande abismo de todos os medos e novidades, onde se cumpre o velho ditado que diz que "quem está na chuva é para se molhar". E os meninos se molham.

Nas andanças, começou a conhecer as favelas, os amigos - "que não são amigos" - que lhe apresentaram a maconha quando ele ainda tinha 12 anos. Mais tarde, já com mais tempo na rua, começou a fumar *crack*. Por que, André? Não sabia que era ruim, não viu os "cracudos" naquela situação horrível? André meneia a cabeça, suspira, procura no seu vasto repertório uma resposta inteligente, mas se vê no paredão. Talvez, afinal de contas, nem exista a opção de rejeitar droga na rua. É uma necessidade para manter um torpor, uma alegria e a liberdade necessária para transcender limites e relativizar os impulsos básicos da vida - segurança e sobrevivência.

62

A droga vai chegando, chegando, como uma paixão ruim. E quando o sujeito percebe já foi engolido. O *crack* seria paixão fulminante.

Começou a fumar em Madureira, e mais tarde já estava no miolo do Parque União, o PU. Mas garante que não virou "cracudo", porque tinha clareza de que precisava se alimentar, se cuidar. "Senão morre mesmo", justifica. Na verdade, diz que nunca passou fome e "comeia muito salgado, muita quentinha". E narra a história clássica: "As tias sempre pagam alguma coisa. Tem muitas mulheres que não gostam de dar dinheiro, mas pagam a comida. A gente come mesmo, não tem fome, não".

*Hoje o inimigo veio me espreitar
Armou tocaia na curva do rio
Trouxe um porrete a modo de me quebrar
Mas eu não quebro não
Por que sou macio*

Querido Diário, Chico Buarque

Depois de comer, André entrava na "carrera" para conseguir dinheiro e comprar as pedras. Pedra de R\$2,00, de R\$10,00, de R\$ 15,00... Mas sempre foi assim: ia para a cracolândia, mas saía, voltava

para a Rodoviária, ia dormir em outro lugar. Nas crackolândias, como “A Muralha”, por exemplo, o ambiente é complicado, muito tenso, segundo André. Ele diz que tem muito achacador, que são os usuários que não saem da crackolândia e ficam pedindo a droga aos outros. Até porque sair para a “correria” permanente cansa, exige uma energia que o usuário vai perdendo à medida que aumenta a dependência. Aqueles lá, lá na crackolândia, são os “cracudos”. Então há separações, discriminação, mesmo no mundo do crack, que parece tão anárquico?

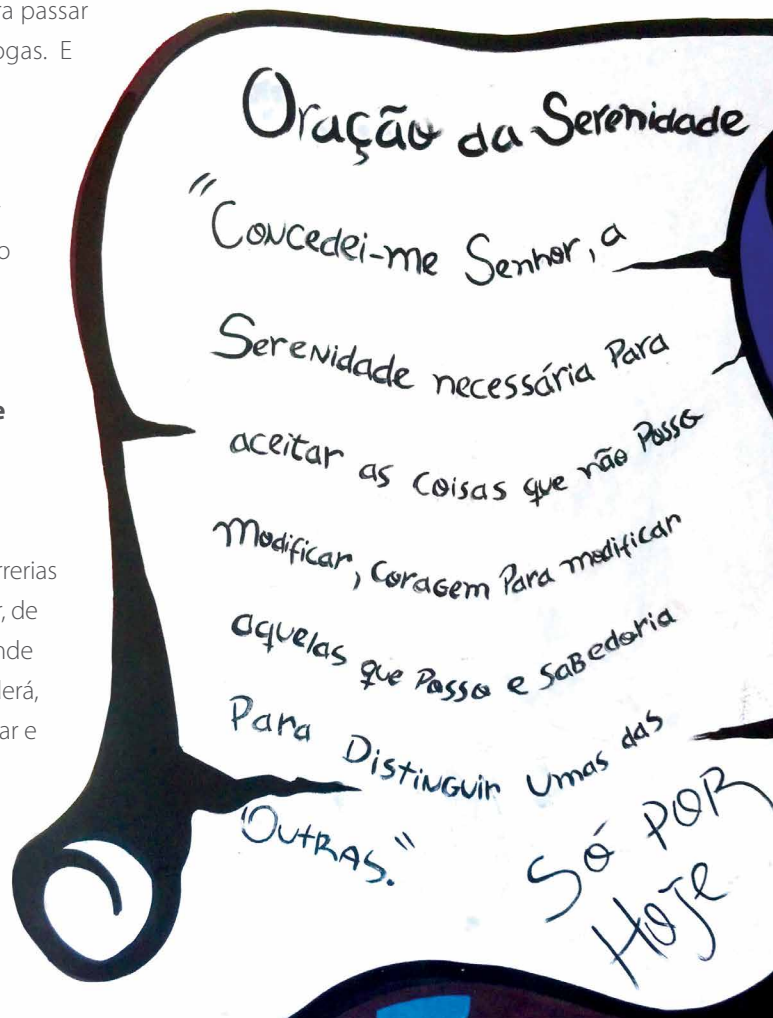
André foi recolhido das ruas e levado para o centro de recepção várias vezes. Então era encaminhado para casa. Mas voltava para a rua e para o crack. E a pressão foi aumentando para o menino. A avó, que mora em Santa Cruz e vai toda semana visitar o neto, quando soube que ele estava usando crack, “chorou, chorou muito”, ele conta, coçando a cabeça, nervoso. No centro de recepção, avisaram: “Se voltar para a crackolândia e for trazido para cá de novo, vai para o abrigo, não volta mais para a casa do seu pai, não. Precisa se cuidar”.

André garante que ele já sabia que precisava se tratar e que queria mesmo ir para o abrigo. Quando mais uma vez foi levado para o Centro de Recepção Taiguara estava preparado para passar um tempo no abrigo, largar as drogas. E voltar para a escola.

Está feliz de voltar a estudar, imbuído da responsabilidade de vencer o vício, voltar para casa. Diz, com tranquilidade, que não sente mais vontade de usar droga. Está em paz. **“Quando eu abro o olho aqui dentro, eu penso: vitória! E quando eu estava na rua, a primeira coisa que pensava era: correria!”**

A correria, agora, é manter-se “limpo”, sem drogas. Talvez, a mais difícil de todas as correrias que o menino já enfrentou, porque requer, de imediato, um sentido, um horizonte até onde valha a pena navegar. E o sábio André poderá, enfim, usufruir da cidade, mergulhar no mar e olhar a paisagem, sem ser devorado.

verso pintado na parede pelos jovens no abrigo Lar de Riobaldo



Coração partido

“Eu não dormia, queria surtar, morrer. Fiquei depressiva, ansiosa; estou com psiquiatra, tomando remédio... Só não quero enterrar meus filhos. Isso não vai acontecer. Eu morro antes”. Quem fala assim, emocionada, é Lisete Rodrigues, mãe de Robson, abrigado no Lar de Riobaldo.

Lisete tem apenas 37 anos. Nesta idade, muitas mulheres ainda estão investindo na carreira, antes de ter filhos. Lisete já tem três. Um, de 20 anos, está preso, o outro, Robson, com 17, está na terceira tentativa de largar o *crack*, e a menina, de 13, vive sob o olhar atento da mãe.

A mulher carrega o fardo de uma culpa imensa. Já tem tempo ela avaliou que fez todas as escolhas erradas, percorrendo um caminho árido que a trouxe a esse momento: desempregada, doente de preocupação com os filhos, sem saber como encontrar solução.

Filha de pais cristãos, um casal unido e equilibrado, Lisete foi criada com carinho e respeito. Com o exemplo dos pais, acreditava na vida e no amor, sem imaginar que um homem poderia bater na mulher; que o companheiro poderia mentir, trair, romper os acordos feitos. Aos 13 anos ela estava apaixonada pelo namorado pescador. Com ele foi viver o que imaginava ser seu sonho de amor. Aos 17, grávida e desiludida, já estava separada.

64

Os pais assumiram a criação do menino. Mas Lisete continuou escolhendo mal os seus parceiros e se uniu a usuários de drogas, amores difíceis, impossibilidades. E teve os outros dois filhos. Ela se culpa pelas decisões equivocadas, por ter saído da escola, por ter investido tanto no amor sem ter pensado no lado prático da vida. É verdade, lembra Lisete, que “ninguém entra num relacionamento para não dar certo”. Ela sempre acreditou nos seus amores, nos projetos comuns. Ignorou a realidade que lhe mostrava que o amor não resolve tudo e que, no fim, ela teria que arcar com as conseqüências da ingenuidade.

Agora, está sozinha há mais de dez anos, firme numa decisão pautada pela necessidade de colocar a vida nos trilhos e principalmente preservar a filha dos riscos de padrastos difíceis e novos equívocos. A filha é seu compromisso com o acerto.

Encarando a vida como ela é

“Antigamente eu tinha medo dos “cracudos”. Agora eu tenho dó, porque essas crianças são todas aliciadas por adultos, são usadas.” Lisete fala de um universo escondido, um tipo de organização interna do mundo das drogas que é difícil acessar. Ela menciona uma adolescente, dois ou três

anos mais velha que o filho, que se nomeava “mãe” de Robson. São pessoas que “protegem” e manipulam as crianças e os adolescentes para que trabalhem para o tráfico em troca da droga? De proteção? Pode ser. Mas Lisete diz que quando eles precisam mesmo, ninguém ajuda. “É muito triste você perder um filho para essas pessoas”, constata. Perder os filhos para as drogas seria, para ela, como um atestado de incompetência.

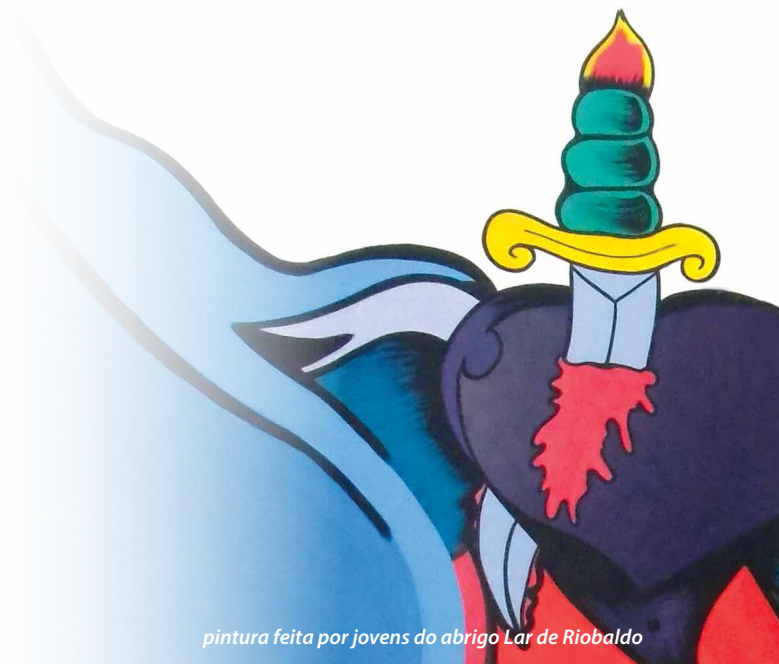
As lembranças das primeiras descobertas, dos primeiros sustos ainda atordoam a mulher. O filho mais velho começou a apresentar problemas depois de conseguir trabalho nas kombis, como trocador, e no trem, vendendo balas. Ficava muito tempo na rua, onde descobriu um mundo bem diferente da casa dos avós.

A preocupação com o futuro do rapaz começou a tirar a paz da família. Uma noite Lisete sonhou que o menino estava morto. Acordou com o coração apertado, o medo batendo forte. Logo cedinho ligou para mãe, buscando notícias do filho. E a senhora respondeu sem hesitar: “Ele tá bem, muito bem. Nem sai de casa!”. A mãe de Lisete só não explicou direito de qual casa Robson não saia. Ela poupava a filha de uma triste verdade. Mas o irmão de Lisete achou que ela tinha o direito de saber e deu a notícia: “o seu filho está é preso”.

Começava o inferno. O rapaz saía do sistema de medida sócio-educativa e logo, logo estava de novo na vida das drogas. Lisete, depois de sofrer e pensar muito chegou a pedir que a Justiça mantivesse o filho em privação de liberdade, antes que ele fosse morto. Maior de idade, o filho já está no sistema prisional e Lisete não consegue imaginar como ele vai refazer a vida. Se ela é tão impotente para ajudar e ele tão perdido, como é possível dar a volta por cima?

Agora, com Robson ela tem feito tudo o que pode, tudo o que está a seu alcance para evitar que ele tenha o mesmo destino do irmão.

“Voltei a minha cabeça, todos os meus planos, para tentar refazer essa vida”, ela reafirma. Sob a insistência de Robson entrou para no Ensino de Jovens e Adultos, EJA. Ficaram os dois na mesma classe. Hoje ela está no Ensino Médio. Mas, no meio do caminho, Robson recaiu e sumiu da escola.



pintura feita por jovens do abrigo Lar de Riobaldo

Lisete já fez inúmeras vezes a peregrinação que muitos parentes de usuários do *crack* fazem. Foi para a rua, procurar o filho nas cracolândias; foi ao Juizado da Infância e Adolescência pedir internação; procurou ajuda no CAPSi..

Nos seus momentos de desespero, Lisete busca respostas, explicações que a ajudem a entender o que fez seus filhos seguirem por um caminho tão ruim, tão sem alegria, sem vida. Menciona uma foto de Robson, tirada quando ele saiu da rua para o segundo abrigo: “Parece um bicho. É uma outra pessoa, uma coisa horrível mesmo. Nessa época eu podia contar as costelas do meu filho. É uma coisa muito triste”.

Lisete acredita que os adolescentes buscam as drogas, o *crack*, a vida tão miserável da rua porque não têm opções de construir projetos de futuro. Eles nem sabem que existem, na cidade, muitas possibilidades, coisas diferentes para experimentar.

A pobreza e a vida dentro de comunidades de baixa renda são também prisões. Sem acesso à cidade, à opções culturais, sem poder enxergar que existem outras maneiras de viver, outras paisagens e, porque não, inúmeras oportunidades para serem exploradas, o adolescente se fecha no universo da favela.

66

Lisete tem certeza de que as escolhas equivocadas dos adolescentes moradores de comunidades de baixa renda, os seus passos maiores que as próprias pernas, como a gravidez não planejada, os casamentos entre adolescentes, a opção pela rua, são resultado da privação: da falta de conhecimento, de cultura, de educação. “Esses meninos ficam prisioneiros da comunidade e não têm noção do mundo lá fora”. A droga, como opção de fuga, é um risco permanente.

Quando soube que Robson estava usando *crack*, Lisete “desabou”. Foi um colega do menino que entregou: “Ele tá na favela, tia. E quer saber? Ele tá fumando *crack*”.

Quantos pais têm pavor de ouvir esta frase?

Lisete sentou na calçada, ali na rua mesmo, e chorou.

Abrigamento

“Eu tenho medo dele voltar para casa e a gente ter problemas”. Ter um filho abrigado numa instituição é sofrido sim. Mas ter um filho perdido para a rua, usando drogas, voltando em casa apenas para roubar alguma coisa e vender, é muito pior. É desesperador.

Robson já esteve internado numa instituição fora do Rio de Janeiro; já ficou seis meses no Lar de Riobaldo; voltou ao *crack*. Nessa segunda recaída não ia à casa da mãe, com vergonha. Mas passava na casa dos avós de vez em quando e roubava tudo o que podia. “Só bomba d’água foram três. Não levou a televisão nem sei porque...”, conta Lisete.

Lisete andou atrás dele, em vão. Mas recebeu um recado: “eu só volto para casa quando minha mãe arranjar uma internação para mim”. Ela saiu em campo na mesma hora para conseguir “a carta” do juiz, que determina a internação.

Robson está abrigado há quatro meses. Lisete, apesar de temer a volta para casa, tem fé que Robson consegue ficar longe do *crack*, se tiver seu tempo. A equipe do abrigo conseguiu um estágio para o rapaz, na Imprensa da Cidade e estão todos animados com a perspectiva de uma nova fase na vida de Robson, mas Lisete é reticente...

“A gente conhece os filhos, não é? E eu trabalhei em abrigo e eu sei como é isso. Os meninos são manipuladores, fazem chantagem emocional... Sei que não é fácil. E a mãe pode perceber quando o filho está preparado para sair. Eu acho que Robson precisa de um bom tempo para a cabeça... Eu soube que ele foi para a cachoeira fumar cigarro.” Lisete sabe que qualquer brecha, qualquer desvio, pequeno que seja, é suficiente para desequilibrar o usuário de *crack*, e teve uma conversa dura com Robson. Ameaçou não voltar para visitas, se aborreceu de verdade. E afinal, ela conclui, o que eles querem mesmo é limite, paradeiro, contenção.

É este exercício - o equilíbrio entre a disciplina, limites e liberdade - que Lisete tenta fazer para garantir que a filha adolescente permaneça longe do caminho aberto pelo irmão mais velho. Lisete pensa o tempo todo em como garantir uma vida diferente para a filha. A menina já está em tratamento psicológico, porque Lisete acredita que a história de vida da família e a condição dos irmãos têm um impacto muito negativo na vida de todos. E a filha é testemunha da história dos irmãos. Viu Robson transfigurado, sujo, sem banho, completamente drogado. E ela mesma cuidou do irmão. Além disso, a menina se ressentia da atenção sem fim que a mãe precisa dar aos irmãos mais velhos. “E eu?”, pergunta.

A mãe faz o que pode afetivamente, mas não pode oferecer uma vida muito diferente para a menina, já que está desempregada. Procura abrir novas janelas, mostrar que existem caminhos mais saudáveis para seguir e que levam a situações melhores. Mas é preciso construir a estrada. E o primeiro desafio é furar a camada densa da pobreza e da falta de oportunidades.

Robson compareceu ao estágio na Imprensa da Cidade por dois dias. No terceiro dia não apareceu. Não voltou para casa, nem para o abrigo.

Como estará Lisete?

Liberdade, ainda que tardia

*Hoje eu não saio não
Não troco meu sofá por nada, meu bem
Hoje eu não saio não
Não quero ver a multidão*

Hoje eu não saio não, Marisa Monte

Violência doméstica, um motivo recorrente para fugir de casa e ganhar as ruas. Thiago e os irmãos, uma menina e um menino mais velhos, optaram várias vezes pela rua para evitar o pai alcoólico e violento que agredia a mulher e os filhos, impondo uma espécie de escravidão. Da Rocinha, onde viviam, ganhavam a cidade, atrás de paz e segurança.

A cidade está sempre aberta para receber os meninos, com seus grupos de crianças e adolescentes que se organizam para sobreviver – à frente de seus sinais de trânsito, que se tornam pequenos palcos, é possível conseguir uns trocados com truques de malabarismo; em suas praias, onde é bom esquecer da vida difícil que fica no escuro da favela; nas avenidas do Centro, cheias de oportunidades.

68

Mas a rua também tem seus riscos, mazelas e desafios. Oferece muitos artifícios para manter seus pequenos moradores – a mendicância, a droga e o crime. Afinal, é preciso sobreviver.

E então, em casa e na rua, era só doideira. Os irmãos fugiam “direto” do pai, como diz Thiago. Os dois meninos chegaram ao *crack* pelos caminhos de sempre. Numa das fugas do trio de irmãos, a menina se perdeu na praia. Ela voltou para casa e os dois estavam mais livres para cair no mundão da Barra da Tijuca. Aprenderam os truques e habilidades para trabalhar nos sinais de trânsito, fizeram novos amigos e tiveram seus primeiros encontros com o que se chama tecnicamente de “substâncias psicoativas” – maconha, thinner, *crack* com maconha, e daqui a pouco, logo, logo, o *crack* “em pessoa”.

Thiago tem 18 anos e conseguiu sair do *crack* com o apoio da equipe do Lar de Riobaldo, que na época em que ele chegou ainda era Casa Ser Adolescente. Na primeira vez em saiu da rua, ele mesmo pediu ajuda. Foi encaminhado para o Conselho Tutelar e depois conseguiu ser abrigado. Chegou zozzo, triste, sem esperança. Só pensava: “eu não tenho mais jeito”. E sofria demais com as crises de abstinência. O *crack* chamava dia e noite. “Eu pedi ajuda e fui para o Conselho Tutelar, no Méier, e me encaminharam para cá. No terceiro dia eu já tava louco para usar a droga de novo. Em um

mês evadi e fui para a rua. E fiquei assim, ia em casa, voltava para a rua, para o *crack*...”, lembra Thiago.

Lá para os lados de Jacarepaguá, Thiago assaltava, cometia pequenos furtos. O lugar era dominado pela milícia, que não pensou duas vezes quando identificou o pequeno ladrão – sequestraram Thiago, que foi levado encapuzado lá para dentro da comunidade, certo que ia morrer. A primeira coisa que os milicianos fizeram foi cortar um dedo do garoto. Isso mesmo. Não é história, nem folclore, nem lenda. Isso acontece, sim, como castigo, como exemplo. O poder paralelo cumpre suas leis.

Num instante em que os torturadores saíram para beber, Thiago fugiu, correndo feito louco para escapar da morte ou de outras torturas. Tinha prática nisto. Um carro da polícia achou o garoto quase desmaiado e, apesar do medo de que eles o devolvessem para os algozes, Thiago entrou no carro, confessou que foi pego roubando e tinha sido punido pelos milicianos. Para seu alívio, os policiais o levaram para o hospital.

Durante oito meses o medo conseguiu manter Thiago sossegado em casa. Mas o prazo de validade do castigo já estava vencido e ele não resistiu. Partiu de novo para o *crack*.

Corda em casa de enforcado

A droga entrou pesado na vida de Thiago quando a família se mudou para o Jacaré. “Ali acabou tudo”. Justo o Jacaré, que virou manchete nacional como cenário dantesco – talvez a pior cracolândia do Rio de Janeiro, pelo menos à vista da população. O pai, o irmão e Thiago esqueceram da vida com as pequenas pedras de *crack*. O pai está fumando até hoje, saiu de casa, aumentou o número da população em situação de rua; o irmão está preso por roubo.

Thiago também perdeu o controle da sua vida no Jacaré: “lá é o pior lugar do mundo”. Quando acordava na cracolândia, pensava “Ah, meu Deus, já vou eu de novo! Eu não tenho mais jeito, vou morrer nisso!”. Não sabia como parar, mesmo ciente de que precisava sair dali.

Tem muita gente que se entrega de vez, desiste de resistir ao *crack*. Muita gente. Não foi o caso

de Thiago. Ele queria sair, ainda resistia, uma vozinha lá dentro de seu peito murmurava protestos, indicava o caminho de casa, e lhe mostrava um espelho, onde não conseguia se reconhecer.

Às vezes, durante o dia, dormia num abrigo que havia em Manguinhos, perto da Linha Amarela. O abrigo fechava às 20 horas e ele, depois de dormir o dia inteiro, estava pronto para passar a noite na fumaça do *crack*. Primeiro, comer qualquer coisa que encontrasse no lixo, especialmente pizzas descartadas, ou pedir a alguém para pagar um salgado. Isso quando tinha fome.

Certa vez, no Jacaré, uma mulher achou que ele estava morto, jogado na rua, sob um sol de verão, sem camisa. A moça chamou a ambulância. E ele estava meio morto mesmo. Ou não?

Saindo do inferno

No baile funk, não

No parque, não

Não vou na Lapa não

Na batucada, não

Na passeata, não

Nem no portão

70

Hoje eu não saio não, Marisa Monte

Daquela primeira vez em que estive na Casa Ser Adolescente, foi por iniciativa própria. Mesmo assim não consegui sustentar o abrigo e a abstinência. É parte do processo, todos os educadores sabem disso.

Na última vez que chegou ao Ser Adolescente, veio por meio da Central de Recepção, com indicação de abrigamento. Não foi por vontade própria, mas soube, sentiu, que precisava segurar aquela chance. Simplesmente assim: ou sai disto ou morre. Ficou um ano, quatro meses e quatorze dias.

Thiago finalmente deu ouvidos àquela voz interior, que começou a falar cada vez mais alto. Ele descobriu que tinha um enorme talento para desenhar, quando aceitou fazer o curso. Adorou. Fez outras atividades e percebeu que a cabeça e o corpo, devagarzinho, esqueciam o *crack*, esqueciam todas as mazelas pelas quais passou e começou a ter interesse por outras coisas. "Eu sempre quis parar de usar, mas eu não conseguia, a droga falava mais alto, sempre. Mas dessa vez eu não escutei mais. E comecei a pensar que ia ter minha família de volta!".

E agora Thiago assumiu o prazer de criar e de cuidar.

Aproveitou o talento de desenhista e se tornou tatuador, com um ateliê montado em casa, em Vila Isabel, perto do Shopping Iguatemi. Mora com a mãe, duas irmãs e as sobrinhas. Voltou bem em tempo de ajudar a mãe, que está muito doente, cuidando da irmã mais nova, de dez anos.

Voltou a estudar, porque desde pequeno, fugindo de casa o tempo todo, não ia à escola. Ainda está na quinta série, mas chega lá.

Thiago volta à vida e curti seus novos horizontes: “Agora eu já posso ir ao shopping e ninguém fica me olhando esquisito. E hoje eu dou graças à Deus que larguei das drogas, que eu tô vivo. E eu sempre acreditei em Deus e acho que se não fosse Ele eu nem tava aqui. **Quando eu saí daqui, do abrigo, eu tava tranquilão, seguro**”.

Por enquanto, últimas palavras

As evidências mais impactantes da disseminação do *crack*, principalmente nas metrópoles, como a exposição dos usuários nas “cenas de uso”, podem adquirir caráter tão emergencial e chocante que até o debate sobre o melhor caminho de saída do vício é eclipsado.

O CIEDS, desde 2012, esteve trabalhando diretamente com usuários de *crack* e com suas famílias. Nesse percurso, buscou ouvir profissionais de diferentes áreas e avaliar as diferentes abordagens sobre atendimentos e dinâmicas de enfrentamento do problema. A questão, definitivamente, não é simples.

Mesmo o Ministério da Saúde entende que existem diferentes métodos eficazes para tratar a dependência da droga, e que as técnicas e sistemas podem ser combinados de acordo com tipo de ambiente, intervenção e serviços disponíveis para atender às necessidades específicas do dependente. Buscar a modalidade mais compatível com cada caso é considerado fundamental para obter bons resultados na recuperação e no retorno a uma vida produtiva na família, no trabalho e na sociedade.

No Rio de Janeiro, as comunidades terapêuticas foram durante muito tempo a única alternativa para os dependentes químicos que queriam se livrar da droga. Nas comunidades, com internações de longa duração, o usuário de *crack* pode ser acolhido por um período que varia de três a 12 meses, para permanecer afastado do ambiente onde a droga era consumida. Geralmente, o método é indicado para pessoas que colocam a si mesmas ou a outros em situações de risco, passam por problemas legais relativos à dependência e são incapazes de deixar a droga mesmo após o processo de desintoxicação. As histórias que acabamos de ver mostram que o processo de se livrar da droga pode ser longo e sofrido.

72

De acordo com especialistas, a internação, enquanto meio para a desintoxicação, apresenta a dificuldade do posterior retorno ao ambiente que propiciou inicialmente o uso da droga, uma vez que tanto a vulnerabilidade social quanto a desintegração da família podem dificultar a eficácia continuada do tratamento. No Rio de Janeiro, um levantamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social obtido em março de 2012 mostrava que apenas cerca de um quarto das crianças levadas compulsoriamente para abrigos obtiveram sucesso no tratamento.

Estes dados mostram que é urgente formular, testar e ajustar metodologias mais eficazes de atendimento a crianças e adolescentes usuários de *crack*. Trabalhar com um número alto de recaídas não pode ser uma opção.

Na gestão dos abrigos no Rio de Janeiro, o CIEDS buscou desenvolver um trabalho inovador, que combinou o abrigo compulsório, com a possibilidade da saída das crianças e adolescentes abrigados para atividades externas, como ir à escola, às consultas nos Centro de Atenção Psicossocial

Infanto-Juvenil, CAPSi, ou praticar atividades esportivas. Atividades de lazer e socialização também foram previstas. Este caminho procura manter o vínculo social do indivíduo com a sua cidade, com seus pares, e estabelecer uma rotina que propicie a reorganização da vida. É uma alternativa à internação e também à volta para casa, com a garantia apenas do atendimento nos Centros de Atendimento.

Evidentemente, a instituição também teve que lidar com as inúmeras experiências frustrantes de fugas e recaídas no *crack* de meninos e meninas que estavam há meses em abstinência e comprometidos com a mudança.

Os críticos da internação compulsória, não como uma opção analisada caso a caso, mas como uma política de saúde pública, esbarra na estatística - corroborada por estudos desenvolvidos em centros de pesquisa de diversos países - de que apenas cerca de 30% dos pacientes submetidos a tratamento para a dependência de drogas não apresentam casos de reincidência. Em um tratamento que pode ser comparado ao de doenças crônicas como a diabetes ou a hipertensão o objetivo é a abstinência, mas a recaída não significa necessariamente um passo atrás.

Os abrigos para crianças e adolescentes, sob a co-gestão do CIEDS, procuraram também encarar a recaída como parte do processo e saudavam a volta do usuário ao abrigo como um passo a mais no rumo da reinserção social e familiar. Mas, a experiência neste universo mostra que é urgente consolidar os mecanismos de integração de políticas e criação de redes que permitam retirar e manter crianças e adolescentes fora das ruas, longe do *crack*.

Integrando Saúde e Proteção Social

Em 2001, a partir da Terceira Conferência de Saúde Mental, o Ministério da Saúde entendeu que precisava assumir a política de atenção e cuidado para o tratamento do usuário de álcool e outras drogas, e optou por trabalhar com a lógica da redução de danos. Esta lógica muda a visão, antes



pintura feita na parede por jovens do abrigo Lar de Moacir

definida por um tratamento que, já a princípio, associava o usuário de drogas a um comportamento desviante, anti-social ou criminoso, e caminhava com um único fim: a abstinência.

“Quando isso começou a ser discutido com a perspectiva da saúde pública, a ideia mudou. Foi adotado o viés da singularidade”, explica Adriana Damiano, assistente social do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, CAPSad, em diálogo com profissionais do CIEDS sobre o tratamento de usuários de drogas. Adriana aponta que o CAPSad trabalha numa lógica contrária a internação compulsória: “Nós agora entendemos o uso da substância química como uma escolha que foi feita pelo indivíduo. E muitas vezes a escolha dele não é parar de se drogar. A lógica trabalhada é a da redução dos danos causados pelo uso da substância sobre esse indivíduo”.

No caso específico de crianças e adolescentes, as críticas ao abrigo compulsório passam pela violação do direito de ir e vir e de pela desconsideração de suas necessidades subjetivas, suas crenças, valores e contexto de vida. Afinal, crianças são sujeitos de direitos. Muitos críticos lembram também o Artigo 11 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90:

*Art. 11. É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.
(Redação dada pela Lei nº 11.185, de 2005)*

74

A desintoxicação na rede pública pode, de fato, ser realizada através do atendimento emergencial ou em internações de curta duração, de acordo com o diagnóstico da equipe de saúde, que indica o nível de dependência do usuário, seguindo a lógica dos CAPSad. Os Centros oferecem atendimento diário a crianças, adolescentes e adultos com dependência química de álcool e outras drogas, possibilitando o planejamento terapêutico dentro de uma perspectiva individualizada de evolução contínua. E o apoio da família é considerado imprescindível no processo. Um encontro para atendimento aos familiares dos pacientes, onde são esclarecidas dúvidas e é dado o suporte que a família necessita, é realizado a cada semana pelas psicólogas.

Para os usuários que já apresentaram bons resultados na abstinência, tenha sido por conta própria ou após internação, costuma-se recomendar o tratamento ambulatorial, focado no restabelecimento da saúde e na reinserção social do paciente. A assistência ambulatorial inclui a prescrição de medicamentos e a participação do dependente em sessões de psicoterapia familiar, individual, e em grupo.

As abordagens podem também ajudar a desenvolver estratégias para a reinserção social, adoção de um estilo de vida mais saudável e reestruturação das relações pessoais, familiares e profissionais.

Mas isso basta para crianças e adolescentes com vínculos familiares completamente desfeitos? Uma criança vivendo numa cracolândia, drogando-se compulsivamente tem condições psíquicas de procurar atendimento por conta própria?

Nos abrigos gerenciados pelo CIEDS, o dia a dia mostrava que era preciso reorganizar a vida dessas crianças e adolescentes para que elas pudessem vislumbrar algum tipo de futuro, para além da droga. A equipe técnica desenvolvia com os meninos e meninas um Plano de Antedimento Integral, PAI, que definia um passo a passo para a reestruturação da vida pessoal e familiar e para a reinserção social. O atendimento psicossocial, como uma interface importante na reconstituição da identidade e da vida emocional, é sempre um dos elementos do Plano.

A escola, que durante muito tempo dificultou a inclusão de crianças e adolescentes abrigados em suas turmas, passa, agora, a ser mais um parceiro no processo de reinserção dos meninos. O diálogo com a Educação deve ser ampliado e aprofundado, considerando a importância da escola como pólo de cidadania e formação. Fica aqui, proposto um convite à interlocução.

O CIEDS coloca em pauta estas reflexões porque considera prioridade repensar os modelos de atendimento aos usuários de *crack*. Como uma organização do terceiro setor com uma longa trajetória na execução e formulação de projetos, o CIEDS não pode se furtar a contribuir para a formulação de uma política de atendimento que chegue não apenas ao usuário, mas que alcance também as famílias que de alguma maneira estejam envolvidas na questão do *crack*, como tem feito o Espaço de Acolhida, em São Paulo.

Neste sentido, algumas sugestões são apontadas, aqui, para a reflexão de profissionais e gestores envolvidos com o atendimento a usuários de drogas, principalmente crianças e adolescentes.

- *É fundamental a qualificação permanente das equipes técnicas. Esta formação deve apontar para a releitura de conceitos como família; intersectorialidade; territorialidade; o papel de cada nível de governo – federal, estadual, municipal; gestão pública, responsabilidade social; grupo focal.*
- *É preciso retomar o debate sobre a Assistência Social como política pública de garantia de direitos. A confusão entre abrigamento/acolhida e ações assistencialistas e religiosas no atendimento a crianças e adolescentes usuários de drogas é prejudicial em todos os níveis e aspectos do trabalho;*

- *É preciso considerar que a droga raramente é o principal problema. Ela chega como consequência de outros fatores: negligência, violência doméstica, exploração sexual, trabalho infantil. Por tudo isso, há de se garantir um Plano de Atendimento Integral que alcance realmente as privações sociais e emocionais vividas pelo abrigado.*
- *É urgente a criação de fóruns e canais de troca intersetoriais para debater e formular propostas para o atendimento aos dependentes químicos.*
- *Saúde, Educação e Assistência Social precisam somar práticas e conhecimentos para pavimentar um caminho consistente de implementação de uma política pública eficaz de combate ao crack.*
- *A sociedade civil, por meio de seus conselhos de direitos e outros fóruns, deve ser chamada a colaborar, de forma sistemática e organizada, no debate e na formulação de políticas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua e dependência química.*

76

A experiência única de trabalhar com crianças e adolescentes dependentes químicos, buscando reconstruir seus vínculos com a vida, deixa para o CIEDS mais um marco na sua estrada de trabalho social. A instituição reafirma e amplia seu compromisso com a infância e a juventude na construção de projetos de futuro. Futuro para pessoas, para a sociedade, para o país. E está claro que o futuro se define no cuidado com cada indivíduo, na possibilidade de transformação de cada vida, não importa o tempo ou a dimensão do processo necessários. O CIEDS investe no cuidado e na transformação, sem duvidar de que é possível mudar e avançar no rumo da prosperidade num sentido amplo, que inclui direitos, felicidade, participação social e confiança.

E não é disso que se trata viver?

A responsabilidade é de todos nós. Abrir canais efetivos para o diálogo, cultivar relações de confiança, aceitar e respeitar as identidades e agir de forma complementar.

O desafio e o convite estão postos à mesa. Resta-nos responder.

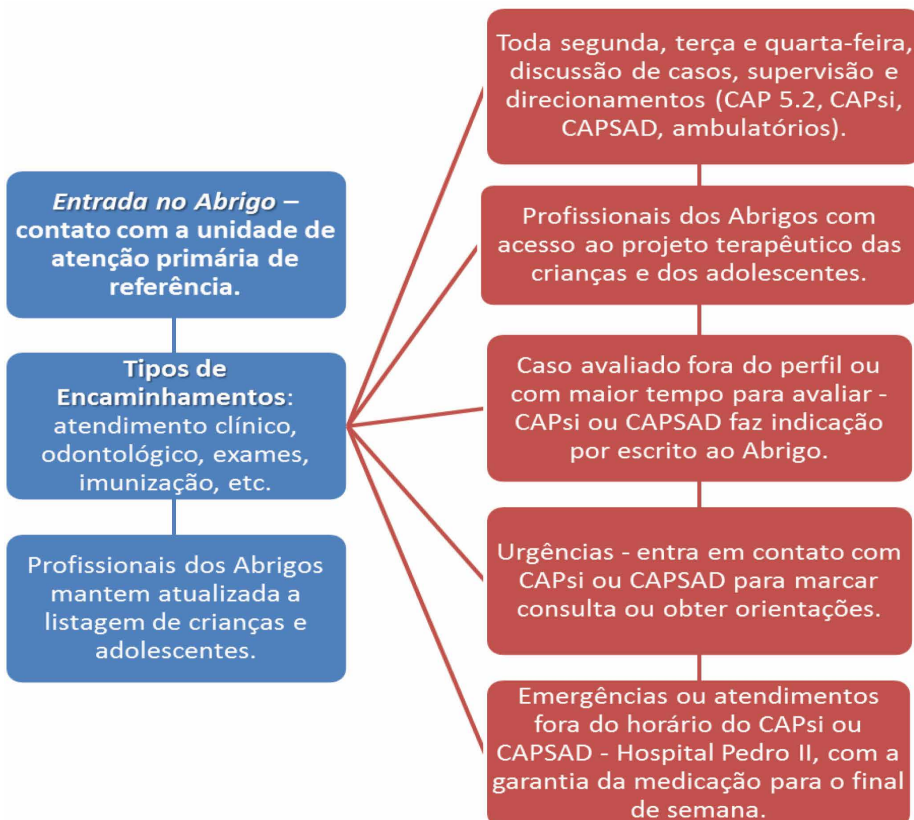
Anexo: alguns resultados

A partir do trabalho desenvolvido nos abrigos especializados foi possível a construção de ações cujos resultados proporcionaram para as crianças e adolescentes, e também as equipes das cinco unidades, algumas lições aprendidas e a certeza de que é possível a superação de grandes desafios, quando a atuação é pautada na cooperação e na interação.

De forma conjunta, o trabalho se consolidou através de pactuação, definição de fluxos e acordos assinados entre a CAP 5.2, com a garantia da atenção a saúde às crianças e aos adolescentes abrigados e o direito ao atendimento, tanto na atenção básica como na saúde mental para os mesmos.

Fluxo da Saúde

O esquema abaixo demonstra o fluxo de atendimento criado para crianças e adolescentes dos abrigos especializados.



As 9ª e 10ª CAS (Coordenadorias de Assistência Social) tiveram papéis preponderantes na fiscalização, no recebimento das crianças e dos adolescentes, na recepção das famílias e nos encaminhamentos adotados, sempre em comum acordo com as equipes técnicas e de supervisão das unidades e atuando firmemente no processo de reinserção e convívio familiar e comunitários.

Tabela 1 – Reinserção Familiar

ABRIGO	Nº de abrigados jan a jun 2013	Reinserções	% de reinserções por abrigo
Lar de Riobaldo	30	7	23%
Lar de Moacir	20	2	10%
Lar de Peri	25	1	4%
Lar de Gabriela	24	2	8%
Lar de Ceci	21	8	38%
Total	120	20	17%

A tabela acima apresenta os resultados das reinserções e seus respectivos percentuais. Os dados mostram que a média é satisfatória. Levamos em conta o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA/2004)¹, que mapeou as 589 instituições de abrigo do país e identificou mais de 20 mil crianças e adolescentes abrigados. O estudo apontou que 47,7% dos abrigados viviam nas instituições há mais de dois anos, sendo que 13,3% viviam entre seis e dez anos, e 6,4%, por mais de dez anos.

78

Se compararmos os números atingidos pelo projeto em seis meses de atuação (janeiro a junho de 2013) com os dados da pesquisa do IPEA, podemos afirmar que alcançamos resultados bastante significativos, em um tempo muito inferior à média nacional.

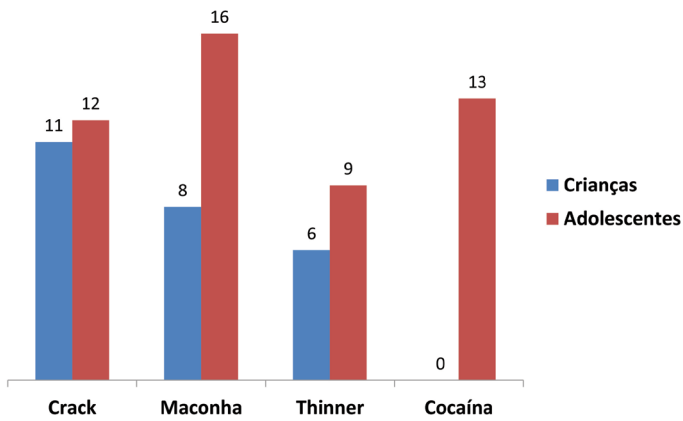
O Lar de Ceci atingiu o maior número de reinserções entre as cinco unidades, 38% das adolescentes retornaram ao convívio familiar e comunitário, seguido do Lar de Riobaldo, com 23% de reinserções dos adolescentes, no mesmo período.

O Lar de Peri foi a unidade com os mais baixos indicadores de reinserção, 4%. Destacam-se as dificuldades financeiras das famílias para receberem de volta as referidas crianças, o que coaduna com o mesmo estudo do IPEA, que aponta a pobreza como um dos fatores preponderantes para a permanência das crianças e adolescentes nos abrigos.

¹<http://www.mp.sp.gov.br/portal/pls/portal/docs/1/1665238.PDF>

Tipo de Drogas Utilizadas

O gráfico abaixo demonstra os tipos de drogas utilizadas por crianças e adolescentes abrigados.



Profissionais Envolvidos

As tabelas abaixo demonstram o perfil do corpo de profissionais que trabalharam nos cinco abrigos.

79

Equipe fixa

CATEGORIA PROFISSIONAL	QUANTIDADE
Direção	5
Assistente Administrativo	5
Assistente Social	5
Enfermeiros (diurno/noturno)	30
Psicólogo	5
Educadores	60
Total	110

Equipe Itinerante

CATEGORIA PROFISSIONAL	QUANTIDADE
Professor de Dança	1
Professor de Teatro	1
Professor de Educação Física	1
Músico (percussionista)	6
Arte e trabalhos manuais	1
Total	10

Educação

Foi estabelecido um fluxo com as 9ª e 10ª CREs (Coordenadorias Regionais da Educação), no qual foi possível pensar uma dinâmica de inserção de 100% das crianças e dos adolescentes na rede pública de ensino. Para tanto, a parceria com o Instituto Helena Antipoff, IHA, estabelecimento público de ensino referência em Educação Especial, foi uma das mais promissoras.

80

Figura 1 - Fluxo estabelecido com a CRE

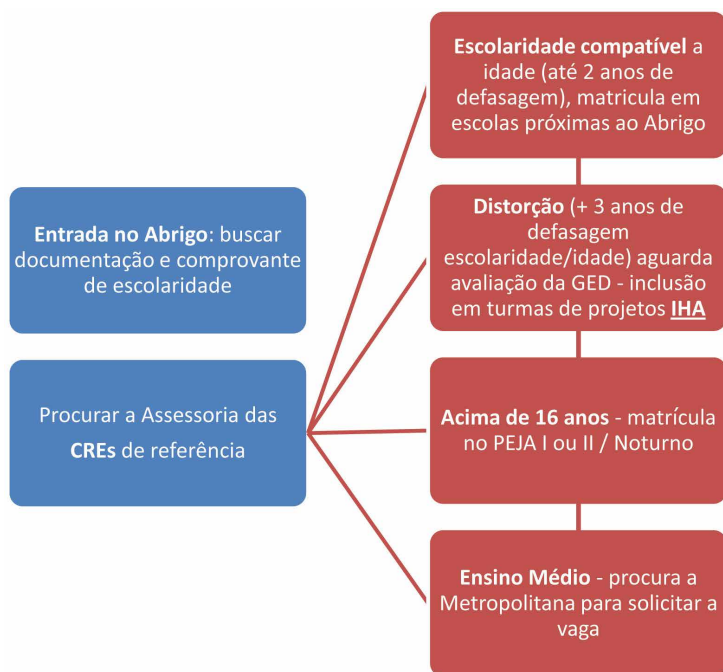
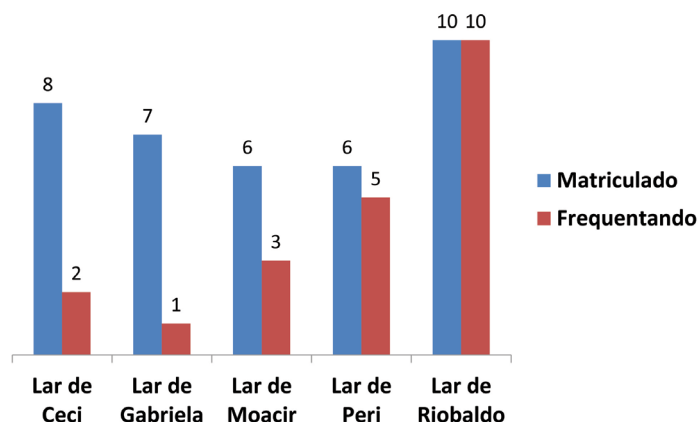


Gráfico 1- Matrícula e Frequência Escolar



O IHA desenvolveu atividades com o objetivo de promover o retorno das crianças e dos adolescentes à vida escolar. Foi trabalhado o nivelamento de idade e série dos abrigados, a fim de inseri-los em programas de estudo, como o EJA – Educação de Jovens e Adultos e outros.

O maior resultado de toda articulação com a CRE foi a efetiva participação dos abrigados nas escolas, conforme gráfico acima. O Lar de Riobaldo é o maior exemplo de interesse, motivação e desejo dos adolescentes pela escola: 100% deles matriculados e frequentando a escola.

Há, nesse processo de retorno à escola, o acompanhamento direto por parte das diretoras e das pedagogas que compõem a equipe de apoio às cinco unidades.

Inclusão em Programa de Estágios

No campo da aprendizagem, como formação complementar, foi articulada a inserção de quatro adolescentes em programa de estágios, sendo dois na Imprensa Oficial, através da articulação feita pela SMDS, e outros dois no Programa Vira Vida, da FIRJAN.

Eventos e Passeios Culturais

Tabela de participação em atividades e passeios culturais

ATIVIDADE / LOCAL VISITADO	NÚMERO DE SAÍDAS	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENVOLVIDOS
Cinema	4	35
Teatro	6	54
Shopping	20	95
Parque (Jardim Botânico)	1	7
Circo	3	29
Festas (Natal, Carnaval, Festa Junina)	6	32
Museu	9	57
Praças	32	94
Central de Tratamento CEDAE*	1	5
Praia	6	25
Lanchonete	2	16
Parque Aquático	1	12
Total	91	461

*Visita promovida pela escola

Cidadania

A noção de cidadania foi um diferencial, posto que um número significativo de crianças e adolescentes não possuía documentação civil, como CN, RG, CPF ou Título de Eleitor .

82

Tabela 3 – Documentação civil

ABRIGO	ACOLHIDOS	CERTIDÃO DE NASCIMENTO	IDENTIDADE	CPF	TÍTULO DE ELEITOR
Lar de Riobaldo	11	10	5	1	3
Lar de Moacir	6	6	5	5	0
¹ Lar de Peri	11	7	5	1	0
² Lar de Gabriela	8	7	6	2	3
Lar de Ceci	8	8	8	8	5
Total	44	38	29	17	11

¹ Abrigo que atende crianças de 7 a 11 anos, sendo 4 meninos encaminhados da Vara da Infância e Juventude de Niterói. Por se tratarem de crianças, não foi necessário providenciar título de eleitor.

² Abrigo que atende adolescentes, sendo 1 encaminhado da Vara da Infância e Juventude de Niterói.

Os números aqui apresentados somados às informações contidas nessa publicação demonstram alguns dos resultados, tangíveis e intangíveis, atingidos com o projeto.

O CIEDS

O CIEDS, Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável, é uma Instituição Social Sem Fins Lucrativos, filantrópica, detendo titularidade de Utilidade Pública Federal.

Com sede na Cidade do Rio de Janeiro, o CIEDS desenvolve projetos em todo o território nacional, tendo filial em São Paulo e escritório de representação no Ceará.

O CIEDS articula parcerias estratégicas para a construção de redes para a prosperidade, o que entendemos como boa educação, boa alimentação, saúde, governança e confiança no futuro.

Somos criadores e articuladores de tecnologias que promovem políticas públicas mais efetivas e um investimento social estratégico. Em 15 anos de experiência e mais de 354 projetos realizados em diferentes áreas como saúde, cultura, empreendedorismo, educação, juventude e desenvolvimento, a instituição foca em gestão de excelência para gerar resultados pertinentes e transformadores para todos os públicos.

A consolidação de nossa experiência é decorrência dos programas e projetos já executados e da trajetória profissional de nosso corpo técnico, além do aprofundamento de estudos e reflexões sobre os temas no campo do desenvolvimento sustentável.

Temos a convicção que cada pessoa possui em si mesma o potencial para se desenvolver - e assim construir uma sociedade mais próspera e sustentável. Nosso papel é articular forças, aportar metodologias e gerar conhecimento, para fazer acontecer a transformação que empodera os indivíduos.

www.cieds.org.br

Referências bibliográficas

ALERJ. Comissão dos Direitos Humanos e Defesa da Cidadania. Relatório de Visitas aos Abrigos Especializados para crianças e adolescentes, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, junho de 2012.

BRASIL. Decreto nº 7179, de 20/5/2010, que institui O Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Diário Oficial da União de 8.12.1993.

BRASIL. Programa Crack, é possível vencer. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/publicacoes/crack-e-possivel-vencer-1/view>

BRASIL. Resolução CNAS n. 109, de 11 de novembro de 2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

BRASIL. Resolução CNAS n. 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília: MDS/SNAS, 2005.

BRASIL. Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/ 2004). Brasília: MDS/SNAS, 2004.

BRASIL. Senado Federal. Constituição Federal, 1988.

Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/pls/portal/docs/1/1665238.pdf>

MARTINS, L.O.M. Crack, O Refúgio dos Desesperados, à luz do Programa Nacional de Combate às Drogas, em Revista SJRJ, Rio de Janeiro, v. 17, nº 29., dezembro de 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Deliberação CMDCA - Rio nº 763/2009. que institui a Política Municipal de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. População de Rua, Memória da Assistência Social, v. 3, 2004.

Esta publicação foi produzida pelo CIEDS em julho de 2013.
Impressa na Gráfica Mangava, com miolo em papel couché brilho LD
90 gramas e capa em papel couché brilho LD 300 gramas, utilizando
as famílias tipográficas Din (títulos e subtítulos) e Myriad (texto).

É permitida a reprodução do conteúdo desta publicação,
desde que citadas as fontes.



Rio de Janeiro

Rua Cons. Saraiva 28, 8º andar
Centro - Rio de Janeiro
CEP: 20091-030
55 21 3094-4555

São Paulo

Rua José Bonifácio, 250 - 6º andar
Centro - São Paulo
CEP: 01003-000
55 11 3105-2229

Ceará

Av. José Lucio Menezes 1107, Croata I
Centro - Pacajus - CE
CEP: 62870-000
55 85 3348-0486

www.cieds.org.br